



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ  
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
LICENCIATURA E BACHARELADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS  
GEANE CARDOSO MARINHO  
THAÍS MENDES SANTOS

**ILHA DE SANTANA: ENTRE O RURAL E O URBANO**

MACAPÁ-AP  
2015

GEANECARDOSO MARINHO  
THAÍS MENDES SANTOS

## **ILHA DE SANTANA: ENTRE O RURAL E O URBANO**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado a Universidade Federal do Amapá, como pré-requisito para obtenção do título de Bacharelado e Licenciatura Plena em Ciências Sociais.

Orientador: Prof<sup>o</sup>. Msc. Luciano Magnus de Araújo.

MACAPÁ-AP  
2015

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Biblioteca Central da Universidade Federal do Amapá

307.72

M339i Marinho, Geane Cardoso.

Ilha de Santana: entre o rural e o urbano / Geane Cardoso Marinho, Thaís Mendes Santos; orientador, Luciano Magnus de Araújo -- Macapá, 2015.

54 p.

Trabalho de conclusão de curso (graduação) – Fundação Universidade Federal do Amapá, Coordenação do Curso de Bacharelado e Licenciatura em Ciências Sociais.

1. Rural e urbano. 2. Ilha de Santana (AP). 3. Ruralidades. I. Santos, Thaís Mendes. II. Luciano Magnus de Araújo, (orient). III. Fundação Universidade Federal do Amapá. IV. Título.

# **ILHA DE SANTANA: ENTRE O RURAL E O URBANO**

**GEANE CARDOSO MARINHO E THAÍS MENDES SANTOS**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao Curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Amapá, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Bacharelado e Licenciatura em Ciências Sociais.

Aprovado em: 01.04.2015

## **BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Msc. Luciano Magnus de Araújo (orientador) – UNIFAP

---

Prof. Dr. Cláudia Maria do Socorro Cruz Fernandes Chelala – UNIFAP

---

Prof. Esp. Raimundo Brito. – UNIFAP

MACAPÁ, AP  
2015

À Maria de Nazaré Cardoso Marinho.  
Minha mãe, meu eterno amor. Seus  
“pequenos” sonhos sustentam meus  
passos, és meu maior motivo. *In memoriam.*

*Geane Cardoso Marinho*

À minha querida prima Catarina Batista  
que me inspira mostrando que viver é  
superar limites e buscar os sonhos.

*Thaís Mendes Santos*

## AGRADECIMENTOS

A Deus, nossa gratidão é indescritível.

Ao nosso orientador Professor Luciano Magnus de Araújo, pela confiança presente durante a produção desta monografia. Somos gratas pelo acolhimento.

Aos avaliadores Cláudia Chelala e Raimundo Brito pela disponibilidade e contribuições ao nosso trabalho.

Aos moradores e transeuntes da localidade da Ilha e Santana, somos gratas pela recepção, troca de experiências e laços criados. Todos foram fundamentais para o desenvolvimento da pesquisa.

Eu, Geane Cardoso Marinho, sou profundamente grata a minha saudosa mãe, por ter gastado sua vida em prol da minha, por me direcionar nesse caminho de descobertas. Lembro-me com grande apreço de seus conselhos, são tesouros. Nossa história de vida sempre será ponto de partida para minhas escolhas.

À minha família, nada se compara a força presente em cada um nos momentos inusitados que se apresentaram no decorrer desses anos. Obrigado pela fortaleza. A minha querida avó Luzia Cardoso, e minha tia-avó Aurora Sanches, seus abraços muito me confortam.

À Thaís Mendes. Por muita amizade, nos fortalecemos e vencemos essa etapa. Obrigado pela confiança e incentivo. As minhas irmãs, Benedita Sardinha e Géssica Miranda. Durante esses anos muito me foi tirado, porém ganhei amores maravilhosos pra vida inteira. Vocês são “casas”. Amá-las me torna melhor.

Ao Guilherme Bemerguy, por todas as contribuições para que esse trabalho se concretizasse sem dúvidas você foi primordial para tal feito. Obrigados pelos dias e madrugadas de conversas e conselhos.

Ao Alex Castro, impossível não agradecer-lo. Mesmo sabendo das mudanças que se operam com o tempo, reconheço “o seu amor me salvou”. Muito obrigado pelas lutas travadas ao meu lado para dar continuidade nessa caminhada.

A todos os amigos que se mantiveram na torcida durante toda essa trajetória, minha gratidão pelas conversas, sorrisos e lágrimas compartilhadas. Em especial agradeço a afilhada, a amada irmã, ao meu bem, ao poeta, ao pretinho, ao cunhado, aos amigos de “infância” e aos amigos Shalom.

Eu, Thaís Mendes Santos sou muito grata aos meus pais Luiz e Fátima, que foram a minha base para poder viver essa oportunidade, agradeço o apoio, confiança, financiamento e

todo aprendizado que filtrei de vocês. Agradeço também aos meus irmãos Renan e Thiago e irmãs Mayara e Thainara que mesmo nas diferenças sempre colaboramos uns com os outros, obrigada por toda e qualquer colaboração.

Agradeço também a família da minha Tia Néia pelo acolhimento, amizade e ajuda de sempre. Aos meus familiares que torcem pelas minhas realizações. Em especial ao meu avô José de Oliveira Mendes, que não foi alfabetizado mas acumulou uma sabedoria que enche meus olhos, que mesmo não acompanhando minha vida e rotina sempre me admirou e me incentivou com seus conselhos e ralhos a trilhar um caminho digno pela via dos estudos.

Agradeço ao meu namorado Fábio Lacerda pela companhia, colo e afeto. Por ter me ajudado a superar meus próprios receios e sempre me incentivar com seu otimismo e amor, além de contribuir com a logística da minha vida cotidiana de aparência desorganizada. Muito obrigada! Agradeço também à Dona Cilena por tantas vezes ceder o espaço de sua casa, agradeço pelas refeições, pela internet, pela confiança, conversas e carinho.

Aos meus amigos, desde os que me acompanharam no perigo da noite em caminhadas até a minha casa na preparação para o vestibular até os mais novos que encheram meu coração de afeto, conforto e de palavras de incentivo. Agradeço a todos pela amizade, companhia, convites, conselhos, críticas, conversas, debates sobre a Ciência ou qualquer coisa, pelo incentivo e credibilidade. Me alimentei por muitas vezes do carinho de vocês na ausência física do porto seguro que são os pais.

Agradeço à minha amiga e parceira de estudo e de vida Geane Cardoso. Obrigada por aguentar minha personalidade e por dialogar tão bem comigo, obrigada pela disponibilidade, pela firmeza, e até pelas breves inconstâncias. Tua marca nesse trabalho e para mim foi indispensável. Te amo daqui pra lua ida e volta.

Na construção dessa monografia, agradeço ainda a colaboração da amiga Bê Sardinha pelo apoio, ‘discussões’ rs, incentivos e seu amor. À querida Bia por dispor de seu pouco tempo para nos dar força, ajuda e carinho. À Géssica Miranda pela amizade de perto mesmo longe, por seu toque de carinho, força, energia e por estarmos em suas orações. Agradeço muito os toques de Guilherme Bemerguy e também pela amizade, disponibilidade e contribuições a esse trabalho. Aos meus amigos Lênin Colares e Luís pretinho pela ajuda nos toques finais.

É com carinho e gratidão que agradeço às queridas pessoas que encontrei nesse período de graduação nos períodos de encontros científicos do curso pelo Brasil, agradeço as pessoas que me acolheram com cuidados e afeto e que divertiram esses dias.

## RESUMO

O presente trabalho visa estabelecer uma incursão no campo da Sociologia Rural. Nesse sentido, esse estudo utiliza-se das contribuições teóricas que têm como base as discussões sobre as novas ruralidades, entendidas como representações sociais que teriam como questão primordial, segundo Carneiro (2008) o papel de identificar o lugar e o significado que essas categorias rurais e urbanas preenchem nas relações sociais. Sob essa perspectiva, a pesquisa foi realizada no distrito Ilha de Santana, localizada à margem direita do Rio Amazonas, em frente à sede do município de Santana. O estudo tem caráter qualitativo, constituído de aprofundamento bibliográfico sobre a localidade e pesquisa de campo, auxiliada pela observação participante, por levantamento de dados socioeconômicos através de formulários e entrevistas dirigidas com os moradores. Dessa forma adotou-se para fins desse trabalho analisar a relação entre o urbano e o rural, presente na localidade, como relações simultâneas, avaliando as mudanças que se expressam em seus ambientes sociais e culturais. Desse modo, constataram-se na Ilha de Santana características de ruralidades expressadas na visão dos atores sociais por meio da atribuição à localidade de significados, sentidos e usos do rural e do urbano, realçando as especificidades do lugar, do seu modo de vida e laços de pertencimento.

**Palavras- chave:** Rural e Urbano. Ilha de Santana. Ruralidades.

## **ABSTRACT**

This work aims to establish an incursion in the field of rural sociology. Thereby, this study used the theoretical contributions that are based on the discussions about new ruralities, understood as social representations which would have as the primary issue, according to Carneiro (2008) the role of identifying the place and the meaning these rural categories and urban fill in social relations. From this perspective, the research was conducted in the Ilha de Santana district, located on the right bank of the Amazon River, outside the headquarters of Santana. The study is qualitative, consisting of bibliographic study about the locality and field, as well as participative observation, by lifting socioeconomics data through forms and directed interviews with the locals. Thus was adopted, for the purpose of this work, the method of analyzing the relationship between urban and rural, in this location, such as simultaneous relations, assessing the changes that are expressed in their social and cultural environments. Thus, characteristics of ruralities were found in Ilha de Santana expressed in the point of view of social actors by attributing to the location meanings, and uses of the rural and urban, highlighting the peculiarities of the place, their way of life and their bonds.

**Key words:** Rural and Urban, Ilha de Santana, Ruralities.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1: Localização da área de estudos.....</b>	<b>16</b>
<b>Figura 2: Porto do Açaí.....</b>	<b>23</b>
<b>Figura 3: Rampa de entrada na Ilha de Santana .....</b>	<b>23</b>
<b>Figura 4: Parte de Baixo .....</b>	<b>24</b>
<b>Figura 5: Parte de Cima.....</b>	<b>24</b>
<b>Figura 6: Escola Estadual .....</b>	<b>25</b>
<b>Figura 7: Posto de Saúde.....</b>	<b>26</b>
<b>Figura 8: Escritório da Companhia Elétrica do Amapá.....</b>	<b>26</b>
<b>Figura 9: Posto da Policia Militar .....</b>	<b>27</b>
<b>Figura 10: Sede de Pescadores .....</b>	<b>27</b>
<b>Figura 11: Fábrica de Polpas.....</b>	<b>28</b>
<b>Figura 12: Entrada da ponte Ulisses Guimarães .....</b>	<b>28</b>
<b>Figura 13: Espaço de Lazer e descanso familiar .....</b>	<b>29</b>
<b>Figura 14: Trapiche privado .....</b>	<b>29</b>
<b>Figura 15: Barco pesqueiro .....</b>	<b>30</b>
<b>Figura 16: Construções de casas a beira do rio .....</b>	<b>30</b>
<b>Figura 17: Casa em construções.....</b>	<b>31</b>
<b>Figura 18: Casa a venda.....</b>	<b>32</b>
<b>Figura 19: Terreno a venda .....</b>	<b>32</b>
<b>Figura 20: Balneário Recanto da Aldeia .....</b>	<b>33</b>
<b>Figura 21: Lixo acumulado Embaixo de Casas .....</b>	<b>33</b>
<b>Figura 22: Casa a Beira de um Igarapé na Parte de cima.....</b>	<b>40</b>
<b>Figura 23: Crianças Brincando na Rua.....</b>	<b>41</b>

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>11</b>
<b>CAPÍTULO 1: A HISTÓRIA DA ILHA DE SANTANA - DOS TEMPOS COLONIAIS AOS DIAS ATUAIS .....</b>	<b>14</b>
<b>1.1 O Município de Santana .....</b>	<b>14</b>
<b>1.2. A Ilha de Santana .....</b>	<b>15</b>
<b>1.2.1 O Orfanato São José.....</b>	<b>19</b>
<b>1.2.2 Empreendimentos Madeireiros .....</b>	<b>20</b>
<b>1.3 Caracterizações Socioespacial .....</b>	<b>22</b>
<b>CAPÍTULO 2: A ILHA DE SANTANA ENTRE O RURAL E O URBANO .....</b>	<b>35</b>
<b>2.1 Debates Conceituais.....</b>	<b>35</b>
<b>2 1.1 Um novo olhar às ruralidades .....</b>	<b>38</b>
<b>2.2 Ruralidades na Ilha de Santana .....</b>	<b>41</b>
<b>2.3 Relações entre moradores e destes com os “de fora” do distrito.....</b>	<b>43</b>
<b>2.4 Conhecimentos e símbolos da localidade.....</b>	<b>46</b>
<b>2.5 O Imaginário Local .....</b>	<b>47</b>
<b>2.6 Recantos da Ilha .....</b>	<b>48</b>
<b>2.7 O espaço da Ilha como criador de laços identitários.....</b>	<b>50</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>56</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>58</b>

## INTRODUÇÃO

As discussões sobre as categorias “rural” e “urbano” que tomaram força no final do século XX foram marcadas pela ampliação conceitual do “rural” e, por conseguinte do campo analítico do objeto da Sociologia Rural. Se as correntes científicas associavam e reduziam o rural ao agrícola, e a quanto mais próximo fosse do natural e distante do artificial, a partir dos debates teóricos travados foi possível superar em partes essa visão admitindo-se a complexidade do tema e as intersecções dos dois espaços e modos de vida. Dessa forma, não haverá aqui, para fins desse trabalho, tentativas de redefinir as fronteiras do rural e do urbano ou de ignorar as diferenças culturais compreendidas nesses amplos rótulos.

Segundo Carneiro (2008, p.28):

Talvez a maior dificuldade em atribuímos um significado heurístico a essas categorias esteja na amplitude do seu uso: são termos que servem tanto aos pesquisadores e à academia, como definidores de objeto de estudo e de especialidades disciplinares, quanto às agências elaboradoras de estatísticas, que recortam a realidade a partir de uma apreensão de dados sustentada no princípio da dualidade, como também serve ao senso comum.

Assim, esse estudo utiliza-se das contribuições teóricas que têm como base as discussões sobre as novas ruralidades, entendidas como representações sociais que teriam como questão primordial, segundo Carneiro (2008) o papel de identificar o lugar e o significado que essas categorias rurais e urbanas preenchem nas relações sociais. Essa pesquisa foi realizada no distrito Ilha de Santana, localizada à margem direita do Rio Amazonas, em frente à sede do município de Santana.

A partir da relação de proximidade entre o Distrito e a Sede, tanto no sentido geográfico, quanto pelas redes de relações existentes entre uma margem e outra do rio, tiveram origem os seguintes questionamentos que irão permear o trabalho: quais os fatos históricos mais importantes na formação da Ilha de Santana e qual a estrutura encontrada atualmente na localidade? Qual o significado que as categorias urbanas e rurais preenchem nas relações sociais presentes na localidade? Qual o sentido e uso pelos atores sociais da Ilha de Santana para classificar o mundo e a si próprios? Como se relacionam com “os de fora” da Ilha?

Esse trabalho pretende contribuir com os estudos sobre Ruralidades no âmbito da Sociologia Rural na Amazônia brasileira, principalmente para o Amapá, onde esse tipo de estudo ainda é tímido. Aqui, por mais que a maioria significativa da população resida nas cidades, a maior parte do território do Estado é rural, constituída de comunidades distribuídas em ilhas ribeirinhas, unidades de conservação, vilas, assentamentos, distritos, terras indígenas<sup>1</sup>.

Outra contribuição dessa pesquisa é para os estudos posteriores sobre o distrito, para o qual atualmente lançam-se olhares e políticas de desenvolvimento econômico, sendo o mais importante deles o projeto da Companhia Norte de Navegação e Portos (CIANPORT), que prevê a construção de um porto privado de escoamento de grãos na Ilha de Santana. Este projeto está em trâmites para execução e a principal motivação para a construção do entreposto está na posição geográfica da ilha, que trará economia e rapidez no transporte de grãos com a maior proximidade dos mercados europeu, norte-americano e dos países asiáticos (através do Canal do Panamá), aumentando a competitividade brasileira na comercialização de grãos. Obviamente um projeto desse porte transformará significativamente além da paisagem física da Ilha, o modo de vida dos moradores alterando significativamente a relação que eles mantêm com o lugar. Assim, essa temática se pauta dentro de uma relevância que pretende captar representações do modo de vida desses moradores, possibilitando aos novos estudos perceber as transformações que vêm entrando em curso e os significados desenrolados a partir delas.

A pesquisa é de caráter qualitativo e para a reflexão aqui proposta, o trabalho de campo desenvolveu-se com os seguintes recursos metodológicos: (a) Observação participante, que segundo Valladares (2005) sugere uma vivência e observação mínima com o grupo pesquisado, passando por rituais de reconhecimento do campo de pesquisa, buscando-se assim encontrar a melhor forma de abordar os informantes e treinar os olhares para captar as teias de relações sociais que permeiam o grupo. (b) levantamento através de formulário para conhecer características de infraestrutura das casas, do agregado familiar, escolaridade, das profissões, meios de transporte, religiosidade, lazer, serviços públicos, atividades produtivas, tempo de moradia no local, situação fundiária. E ainda formulário aplicado aos moradores da sede do município de Santana a fim de verificar seus conhecimentos acerca da localização do distrito e percepção sobre a classificação do mesmo como um espaço urbano ou rural. (c) entrevistas

---

<sup>1</sup> Ver: Folheto CI-Brasil/GEA/SEMA. **Corredor de Biodiversidade do Amapá**, 2009.

dirigidas realizadas com moradores para investigar os fatos presentes na memória coletiva<sup>2</sup>, perceber suas crenças religiosas, manifestações folclóricas e culturais, meios de subsistência, relações com a natureza, com a localidade, e com o outro lado do município de Santana.

Encontrou-se certa dificuldade diante da escassa bibliografia histórica e especializada que trate da história do município de Santana, e especificamente do distrito em questão, somada às dificuldades de acesso às fontes existentes se configurou como o principal desafio para a realização desse trabalho. Buscou-se material de suporte sobre a Ilha de Santana no Repositório do Museu Paraense Emílio Goeldi, no acervo de obras raras da Biblioteca Elcy Lacerda, na biblioteca da Secretaria de Meio Ambiente do Amapá - SEMA, na Cúria Diocesana de Macapá e nos blogs “Memorial Santanense” e “Amapá, minha amada terra”.

Dessa forma a presente monografia estrutura-se em dois capítulos:

O primeiro contempla um estudo sobre o contexto histórico de surgimento, ocupação inicial e dinâmica demográfica do distrito da Ilha de Santana e ainda elementos de caracterização espacial e socioeconômica da localidade nos dias de hoje; Considera-se de grande importância esse capítulo porque permite perceber as transformações pelas quais a localidade foi submetida desde o período colonial, ganhando força com a transformação do Amapá em Estado (1988), e reforçada com a criação da Área de Livre Comércio de Macapá e Santana (1992), tanto no sentido de transformações da paisagem quanto populacional e modos de vida e de relação com o espaço.

No segundo capítulo é feito um esboço das discussões acerca das correntes de estudos dentro da Sociologia Rural no Brasil que permitiram a ampliação da capacidade analítica do seu objeto e revisão dos olhares para o “rural” como espaço de complexidades e reconfigurações. E posteriormente, apresentam-se os resultados da pesquisa no Distrito da Ilha de Santana, no qual os esforços voltaram-se para a busca dos significados das práticas sociais que tornam operacional esse tipo de interação (e distinção) a partir do olhar dos atores sociais, com vistas à requalificar o olhar sobre as novas dinâmicas da ruralidade na localidade de Ilha de Santana.

---

<sup>2</sup>De acordo com Halbwachs (1990, apud CARNEIRO, 1998, p. 62) a memória coletiva encontra sua força e duração no fato de ser sustentada por um conjunto de indivíduos cuja lembrança do passado é referida a sua condição de membros do grupo.

## CAPÍTULO I

### A HISTÓRIA DA ILHA DE SANTANA - DOS TEMPOS COLONIAIS AOS DIAS ATUAIS.

#### 1.1 O Município de Santana

O processo histórico de colonização e de povoamento das terras do Amapá tem as mesmas características da ocupação da Amazônia no sentido de girar em torno de defesa do território, das políticas de exploração e dos grandes projetos<sup>3</sup>.

Santana foi reconhecida como povoado por ordem de Mendonça Furtado, em 1755, fundada com esse nome em homenagem a Santa Ana, de quem os europeus e seus descendentes eram devotos. Seus primeiros habitantes eram moradores portugueses e mestiços vindos do Pará, além de índios tucujus, comandados pelo desbravador português Francisco Portilho de Melo. Este obteve o título de Capitão do então povoado de Santana e em troca ofereceu uma listagem com aproximadamente 500 silvícolas tucujus sob sua guarda à Mendonça Furtado (AMAPÁ-ALAP, 1999).

Em 1946, com a descoberta do manganês em Serra do Navio por Mário Cruz, Santana experimentou um crescimento significativo, em decorrência da instalação da Icomi<sup>4</sup> (Indústria e Comércio de Minérios). Diante das condições geográficas adequadas ao escoamento via fluvial, pela sua profundidade, fácil navegabilidade aos navios de grande calado é escolhido o Canal Norte do Rio Amazonas. Assim é instalado um cais flutuante em frente à Ilha de Santana, gerando empregos, atraindo população e incentivando comércios e indústrias de pequeno porte, estimulando a criação de vilas e ampliando a área urbana do povoado (AMAPÁ-ALAP, 1999).

---

<sup>3</sup>Para um estudo aprofundando da política de colonização da Amazônia, ver LOBATO, Sidney da Silva, Os descaminhos da Fortuna: A política de colonização no Amapá (1940-1958). In: AMARAL, Alexandre, OLIVEIRA, Augusto, SANTOS, Dorival, CAMBRAIA, Paulo, LOBATO, Sidney (orgs.), Do lado de cá: Fragmentos de História do Amapá. Amapá; Açai.

<sup>4</sup>Sobre as instalações e empreendimentos construídos pela ICOMI em Santana ver MONTEIRO, Maurílio de Abreu. A ICOMI no Amapá: meio século de exploração mineral. Novos Cadernos NAEA, v. 6, n. 2, p. 113 -168 dez. 2003.

O povoado de Santana foi transformado em Distrito pela Lei Municipal n.º 153, de 31-08-1981, subordinado ao município de Macapá, e elevado à categoria de município com a mesma denominação - Santana, pela Lei Federal n.º 7.639, de 17-12-1987 (AMAPÁ-ALAP, 1999).

De acordo com o último censo do IBGE, o município de Santana possui 101.203 habitantes (IBGE, 2010), abrigando um total de 15,1% dos habitantes do estado do Amapá. Possui território de 1.579,60 km<sup>2</sup>, apresentando a maior densidade demográfica do Amapá, com 64 habitantes por km<sup>2</sup> (PLANO MESTRE DO PORTO DE SANTANA, 2013, P.138).

Estando situado ao sudeste do Estado do Amapá, na microrregião 03. Limita-se ao leste e ao norte com o município de Macapá, a Oeste com o município de Mazagão, e ao sul ainda em parte pelo município de Mazagão e Estado do Pará, cuja linha divisória é o Rio Amazonas (AMAPÁ-ALAP, 1999). É dividido territorialmente em sete distritos: Anauerapucu, Igarapé do Lago, Ilha de Santana, Matão do Piaçacá, Pirativa, Elesbão e Igarapé da Fortaleza (PLANO MESTRE DO PORTO DE SANTANA, 2013, p.139).

## **1.2 A Ilha de Santana**

A Ilha de Santana, distrito<sup>5</sup> do município de Santana, está situada a 15 km a sudeste de Macapá, e está separado por uma faixa do Rio Amazonas - na margem esquerda em frente à sede do município, de 500 metros, que a separa da sede do município, sendo que o rio é o único meio de acesso à localidade. (PLANO MESTRE DO PORTO DE SANTANA, 2013, p.60).

Inserida na unidade geomorfológica identificada como Planície de Estuários e Deltas do Amapá, uma subdivisão da Planície Litorânea, a qual é constituída de uma extensa faixa de sedimentos arenosos, argilosos e siltosos, de origem flúvio-marinha. Essa unidade recebe influência fluvial do rio Amazonas e apresenta partes sujeitas a inundações periódicas pelas águas das chuvas e pelas enchentes do rio. A inundação possibilita a sedimentação constante em uma grande área, contribuindo, também, para fixação da vegetação rasteira (BRASIL, 1974).

---

<sup>5</sup>A Ilha de Santana é distrito desde 1987, data da municipalização de Santana.



Figura 1: Localização da área de estudos.  
Fonte: Google mapas

Nos documentos históricos do período colonial a Ilha de Santana aparece em registros datados de 1729, período em que as Terras do Cabo Norte estavam sob políticas de defesa do território por parte do governo colonial pressionado por invasões estrangeiras. Segundo o historiador Fernando Rodrigues Santos (2013) numa dessas expedições com intuito estratégico foi construída uma casa-forte na Ilha de Santa Ana<sup>6</sup>. Ainda no mesmo ano foi abandonada por ordem do governador Alexandre de Souza com a justificativa de que o grupo era muito pequeno, cerca de cinco militares, e por se localizar muito distante da capital para receber suprimentos e eventual socorro. Em setembro do mesmo ano o governador mudou de ideia e resolveu enviar uma guarnição de 20 militares e provisões para um longo período até que fosse encontrado um melhor local e foi designada uma nova ordem:

O comandante recebeu ainda autorização para buscar apoio dos sacerdotes catequistas pela Costa do Macapá, visando a instalação de uma aldeia às proximidades, com os habitantes devendo abastecê-la com alimentos e trabalhar como remeiros nas canoas, quando os soldados saíssem em patrulha. (SANTOS 2013, p.155).

Para Santos (2013) na década de 1750 o aldeamento localizado na Ilha de Santa Ana foi transferido para a outra margem (onde hoje é a sede do município de Santana) depois que uma epidemia de febre amarela se propagou na comunidade, ocasionando dezenas de mortes. Mas bem antes de ter início o governo de Mendonça Furtado, o local já havia perdido a importância estratégica e no lugar da antiga fortificação morava apenas um soldado e uma índia, sua esposa.

<sup>6</sup>Antes mesmo da construção da casa-forte já denominavam essa ilha de “Santa Ana”, o nome é referência à Santa católica de quem os europeus colonizadores eram devotos. (SANTOS, 2013)

O local ganhou importância novamente quando em 1753, Francisco Portilho de Melo aportou com cerca de 500 índios, os quais fugiam de rivais e haviam sido convencidos a imigrar com promessas de dias melhores e liberdade no novo *habitat* (SANTOS, 2013, p.171). A intenção de Portilho de Melo era inicialmente se instalar nos arredores da vila de Macapá, mas alguns imprevistos<sup>7</sup> aconteceram e com receio de que as autoridades lhe dispusessem local distante do Rio Amazonas decidiu manter-se longe das tropas coloniais para que pudesse arribar sem grandes dificuldades com os índios caso seus planos de negociação com o governo não dessem certo.

O poder de controle sobre os índios do novo aldeamento em Ilha de Santa Ana passou a ser cada vez mais cobiçado pelas autoridades do governo que passava a vigiá-los para que não se ausentassem sem sua devida autorização. Nesse sentido, Portilho de Melo perdia, aos poucos, poder de controle sobre os índios, quando em dezembro do mesmo ano por ordem do governador foi enviado para a Ilha um sacerdote e um professor para conversão e o ensino da língua portuguesa, hábitos e costumes dos colonizadores.

Segundo Santos (2013) em 1754, na ausência de Portilho de Melo<sup>8</sup> a chefia do aldeamento da Ilha de Santana foi delegada ao sargento-ajudante José de Barros. No ano seguinte Portilho de Melo foi perdoado por seus crimes e nesse mesmo ano diante de um surto de malária e outras doenças tropicais que acometiam a maioria dos habitantes do aldeamento ele solicitava permissão para se transferirem para a outra margem, que costumavam usar para plantar mandioca, macaxeira e milho. Ao que o Estado respondeu negativamente por achar que se tratava de uma tentativa de diminuir o controle do aldeamento por parte do governo. Mesmo sem tal consentimento, Francisco Portilho de Melo deixou a Ilha de Santana com vários índios se transferindo para a margem direita do Rio Amazonas. Seus irmãos Nicolau e Domingos Portilho juntamente com outros índios tomaram outros rumos. Na Ilha ainda permaneceram centenas de índios, porém logo muitos imigraram para extensão litorânea entre o Rio Matapi e as ruínas da Fortaleza de Santo Antônio do Macapá<sup>9</sup>.

Diante dessa situação o governador interino bispo Bulhões comunicou-se por carta com Mendonça Furtado solicitando autorização para prender os três irmãos e fazer retornar os indígenas à Ilha de Santa Ana, ao invés disso o aldeamento localizado em frente à Ilha foi

---

<sup>7</sup>Ver SANTOS, F.R. História do Amapá. 6º Ed. Macapá, Valcan (2013, p.172).

<sup>8</sup>Que estava acompanhando Mendonça Furtado em expedições pelo Rio Negro e adjacências.

<sup>9</sup>Atual bairro Igarapé da Fortaleza.

elevado à categoria de povoado em novembro desse ano numa passagem do capitão-general. A partir desse período a Ilha de Santana não experimentou movimentações mais expressivas. Em 1944 quando houve a instalação do Governo do Território Federal do Amapá o pequeno vilarejo que existia na Ilha de Santana era composto por cerca de 50 famílias.

O Distrito de Ilha de Santana é resultado da soma de colonização “espontânea”, que se deu ao longo dos anos desde a chegada dos portugueses na Amazônia e de colonização dirigida. Sendo que esta última foi motivada, principalmente após a transformação do Amapá a categoria de Estado da Federação, com a implantação da Zona de Livre Comércio no Estado do Amapá, no final dos anos 80, a qual incentivou a vinda maciça de migrantes, causando sérios problemas sociais no local. A Ilha de Santana recebeu além dos migrantes nordestinos também ribeirinhos do estado do Pará, ainda que em períodos diferentes. Em 1992, visando amenizar as questões fundiárias decorrentes do processo migratório na Ilha de Santana, o governo estadual implantou um projeto de assentamento por meio de distribuições de lotes, principalmente, para famílias de origem local e de migrante em situação de risco social na comunidade. Nesse sentido segundo Porto (2003), nessa comunidade o processo de ocupação de áreas, a forma de acesso e a capacidade de uso das propriedades, estimularam a formação de sociedades com características muito parecidas.

Durante as entrevistas com os moradores do distrito, percebe-se dois fatos presentes na memória coletiva que são referências fundamentais ao passado dessa localidade, lembranças que são articuladas nas falas dos moradores, sobretudo dos moradores mais antigos, para contar a história do local e da sua própria história, a saber: a existência de um educandário e orfanato na Ilha, o orfanato São José, e a presença de indústrias madeireiras que se estabeleceram na Ilha de Santana no período 1973-1975, permanecendo em atividade até a década de 1980. Na segunda metade da década de 1990, Moraes (1996) identificava que a comunidade residente na Ilha de Santana caracterizava-se pela predominância de pequenas unidades familiares, oriundas, justamente, dos processos de desativação das madeireiras.

### **1.2.1 O Orfanato São José**

O Orfanato São José, construído em 1949 na Ilha de Santana, foi idealizado pelo padre italiano Simão Corridori, a partir de visitas feitas nas localidades e vilarejos ribeirinhos da

região amazônica, onde o religioso concluiu a necessidade de uma melhor “infraestrutura” com relação ao setor educacional do povo rural, para abrigar filhos de famílias carentes que residiam na região oportunizando-lhes formação escolar.

É datado de 1949 também o registro de que o padre fez sua primeira visita à Ilha de Santana realizando comunhão pascal, procissão e novena, além de casamentos e batizados. Segundo Jordânio (2010):

A população da localidade chegava em 30 famílias espalhadas, contendo uma escola rural, uma casa de saúde e uma pequena Capela, esta dedicada a Nossa Senhora de Sant’ Anna. Um pouco afastado dessa povoação que o padre Simão adquiriu uma extensa área de terras da Prelazia de Macapá, onde antes funcionava a antiga Casa dos Padres da Sagrada Família, para ali dar início ao projeto de construção do Orfanato “São José”.

Além do ensino eram dispensados às crianças cuidados pessoais e morais. No início do ano de 1950, já estavam construídos 04 prédios, onde funcionariam o ensino primário, o corpo docente, a cozinha (e a cantina) e uma área para o lazer; chegando a acomodar 41 crianças em 1952<sup>10</sup> e diante da relevância dos trabalhos em novembro desse mesmo ano o orfanato foi matriculado na Divisão de Educação do Território Federal do Amapá, registrando-se no Conselho Nacional do Serviço Social.

A partir de 1957, após a morte de seu fundador o orfanato apesar de ainda desempenhar um bom trabalho social e ter expandido o local para acomodar novos internos, a entidade sofria com a carência de recursos para continuar com o tal trabalho e em fevereiro de 1961 era a carência de internos<sup>11</sup> que prejudicava a continuação dos trabalhos, o que levou a Prelazia a decidir pelo desmantelamento do Orfanato, que começou com a venda dos animais ali criados (gado, ovelhas, galinhas) e posteriormente das máquinas agrícolas e marcenaria. E no ano seguinte, em 1962, o Bispo de Macapá Dom Aristides Piróvano se desfaz da última casa (um barracão), juntamente com o terreno onde funcionava a entidade.

A existência do orfanato para a memória local é representativa de um período em que os moradores apontam que a comunidade tinha acesso a serviços educacionais e de saúde que proporcionavam qualidade de vida nunca antes experimentada. Depoimentos relatam que esses serviços abrangiam as famílias residentes na Ilha de Santana e também outras ilhas de

---

<sup>10</sup>A quantidade de crianças praticamente não se alterou teve apenas um pequeno aumento, em dezembro de 1954 contava-se pelo menos 45 crianças o que obrigou o seu primeiro Diretor e fundador a investir na instalação de máquinas de marcenaria, para a produção de moveis para ajudar nas despesas.

<sup>11</sup>Em 1961 é constatado que não chegavam a 15 o número de internos.

comunidades ribeirinhas próximas. E que posterior a esse período a Ilha de Santana sofreu com o desamparo e a falta de infraestrutura.

### **1.2.2 Empreendimentos Madeireiros**

O segundo aspecto que merece destaque é que grande parte da área da Ilha de Santana no período de 1950 a 1980, foi utilizada por empresas que exploravam e comercializavam produtos florestais, especialmente, madeiras da região. Esse tipo de empreendimento foi atraído pelas condições de localização da Ilha de Santana em relação aos locais fornecedores de produtos florestais, e principalmente pela possibilidade do embarque e desembarque. Diante da necessidade de adaptação do local para receber o empreendimento foi construído um cais<sup>12</sup> na localidade, equipamentos para processar madeira além da construção de residências para abrigar funcionários.

Como a oferta de mão de obra era escassa no local, as madeireiras incentivavam e financiavam com transporte para a Ilha de Santana, trabalhadores das ilhas e cidades pequenas do estado do Pará além da oferta de trabalho. Alguns trabalhadores vinham com suas famílias para se instalarem no local e há relatos de que outros mandavam buscar seus familiares e parentes- depois de observarem a baixa densidade demográfica da região. Havia a percepção de que a Ilha de Santana era um bom lugar para estabelecer moradia porque reunia boas condições para construção de casas, era um lugar tranquilo, oferecendo recursos naturais que ajudariam no sustento da família, posto de trabalho e era próximo de centros urbanos caso precisassem de bens de consumo. Além dos empregos viabilizados pela instalação de indústria madeireira na Ilha, os donos do negócio também ofereciam lazer e entretenimento às famílias, para isso construíram um Clube e eventualmente traziam atrações como o circo além de patrocinar eventos religiosos, geralmente os festejos em honra à Santa Ana.

Com a desativação dessas empresas muitos funcionários permaneceram residindo no local, onde predominava a agricultura de subsistência e o extrativismo sazonal do açazeiro. E na década de 90 movimentos de aumento demográfico são observados na Ilha de Santana

---

<sup>12</sup>Na década de 1960 o porto da Ilha competia com o porto de Santana em número de navios estrangeiros e nacionais atracados no ancoradouro. (Folha do Amapá, 2002).

devido à recente transformação do Amapá de Território Federal para Estado. Atraídas pela agricultura, pelo contato com a área ribeirinha e ao mesmo tempo com a terra firme, muitos moradores afirmam ter vindo dos municípios mais próximos e foram se fixando na localidade.

Na atualidade encontram-se ainda na localidade muitas famílias chefiadas pelo menos por uma pessoa, nascida na Ilha de Santana ou criada nela, que foi contemporânea desses acontecimentos, as quais permaneceram no lugar por gostar do espaço como moradia, providenciando algum arranjo produtivo quando veio a faltar a oferta de caça, pesca e produtos extrativistas na natureza.

Segundo Seu Raimundo<sup>13</sup>, 55 anos, na época em que ele chegou à Ilha de Santana, apenas na frente do distrito, que fica face à sede do município, existiam algumas casas e se recorda também da igreja católica Santa Ana, quase todas na região da “parte de baixo”; o restante eram caminhos de matos que os moradores abriam para trafegar e na “parte de cima” praticamente não tinham casas<sup>14</sup>. Dona Joana, 49 anos, relata que antes do aumento populacional as terras da Ilha não tinham muitas demarcações de uso privado nem documento das terras e tanto os recursos quanto o espaço em grandes áreas eram de uso comum. Mas com o passar dos anos e a chegada cada vez mais crescente de pessoas para o local, apossaram-se das terras, outras foram assentadas pelo governo ou compraram por baixos preços mudando significativamente a dinâmica do modo de vida dos que lá moravam e principalmente diminuindo vertiginosamente a fartura de recursos da fauna e flora, além de poluição por lixo industrial.

O aumento populacional gerou demandas sociais pela implantação e melhorias de serviços públicos que com muita lentidão foram sendo atendidos- e até hoje por assim dizer- pelo poder público.

---

<sup>13</sup>Todos os nomes de informantes citados nesta monografia se tratam de pseudônimos, por respeito aos mesmos que optaram por não terem suas identidades reveladas.

<sup>14</sup>Ainda nesse trabalho apresentaremos esses termos utilizados pelos moradores para localização na Ilha.

### 1.3 Caracterizações Socioespacial da Ilha de Santana

Para atravessarmos a faixa de 500 metros do Rio Amazonas da margem da área portuária<sup>15</sup>, na sede do município para o distrito da Ilha de Santana levamos cerca de cinco a dez minutos. Na travessia utilizamos como transporte um catraio que presta seus serviços à população nesse trecho, sendo que o valor cobrado por uma travessia de uma margem à outra é R\$2,00 (dois reais) por pessoa<sup>16</sup>.

O porto do Açaí é o principal ponto<sup>17</sup> no qual os catraieiros oferecem os seus serviços transportando pessoas e alguma carga que por ventura carreguem, como por exemplo, bicicleta, moto, malas, compras de eletrodomésticos e bens de consumo em geral. Os moradores da Ilha atravessam para o outro lado do município por motivos de trabalho, estudo, compras em maior volume para abastecer sua casa ou empreendimento comercial, comprar produtos que não encontram no distrito, tratamentos médicos, usar serviços bancários<sup>18</sup>, passeios, festas, visitas a parentes e amigos, comercializar produtos, acessar órgãos ou serviços do Estado.



Figura 2: Porto do Açaí  
Fonte: Pesquisa de Campo

---

<sup>15</sup>Dentre os principais portos de embarque de pessoas escolhíamos o Porto do Açaí porque é nele que atualmente se encontra o ponto principal de trabalho onde aportam os catraieiros que fazem o transporte de uma margem à outra.

<sup>16</sup>Esse valor é acordo entre os catraieiros, sob a liderança dos mais experientes, levando em consideração o preço do combustível principalmente. Porém não é um valor regulado pelo município, podendo o catraieiro ter autonomia sobre a cobrança do seu transporte desde que esteja acordado com o passageiro.

<sup>17</sup>Alguns catraieiros utilizam também outros portos da área portuária de Santana, como o do terminal pesqueiro, do qual os catraieiros se mudaram por determinação da prefeitura por conta das instalações do terminal já citado. Outros portos como o do Grego e outros improvisados também são utilizados.

<sup>18</sup>Em todo o distrito não existe nenhum serviço bancário nem terminal eletrônico.

Além da travessia de seus próprios moradores a Ilha de Santana recebe pessoas que geralmente vem a trabalho ou visitar familiares; nos finais de semanas o movimento de pessoas que vem de fora é significativo e intenso, em busca dos balneários, festas, bares, torneios de futebol. A rampa de atracação, embarque e desembarque no distrito, de caráter público, construída em concreto é a única desse porte na localidade, recebendo passageiros, cargas e automóveis.



Figura 3: Rampa de entrada na Ilha de Santana  
Fonte: Pesquisa de Campo

A organização da Ilha se baseia em ruas, avenidas, ramais, pontes e algumas divisões que orientam as pessoas reunidas em apenas um bairro. Os moradores costumam se reportar ao distrito dividindo-o em duas vilas, a chamada “vila de cima” e a “vila de baixo”. Considerando o relevo e o tipo de solo: A parte de terra firme e maior elevação é chamada de Parte Alta e a Parte Baixa é a de elevação mais baixa e de várzea. Mas a denominação mais utilizada é a que usa como referência o movimento das marés.



Figura 4: Parte de baixo  
Fonte: Pesquisa de Campo

O sentido para o qual se dá a enchente do rio é denominado Parte de Cima e o sentido para o qual se dá a vazante da água é a Parte de Baixo. É importante dizer que a enchente da água se dá para o lado da parte de várzea, ou seja, para a Parte baixa. E a vazante da maré é para o lado da Parte Alta. Assim a Parte Alta é a mesma Parte de Baixo e a Parte Baixa é a mesma parte de Cima. Para essa apresentação da localidade nos utilizaremos desta divisão usada por eles.



Figura 5: Parte de cima  
Fonte: Pesquisa de campo

Na Ilha de Santana a parte de terra firme aos arredores da rampa é a mais habitada recebendo dos moradores a denominação de Centro por concentrar maior fluxo de pessoas e as principais sedes de serviços, escolas, posto de saúde, unidade policial e também os principais

comércios. A “vila de baixo” do distrito tem por infraestrutura a presença de duas escolas, uma a nível municipal abrangendo o ensino fundamental e a outra a nível estadual fornecendo o nível médio.

De acordo com os moradores a escola estadual com oferta de ensino médio regular foi construída na localidade há cerca de quinze anos. Então antes desse período apenas o ensino primário era ofertado, logo, quando os residentes na Ilha concluíam esse grau de escolaridade, caso quisessem ou tivessem condições de continuar os estudos se deslocavam até o outro lado da margem para escolas de outros bairros de Santana. Atualmente os movimentos de saída de estudantes da Ilha acontecem para fazerem cursos técnicos e cursos de graduação.



Figura 6: Escola Estadual  
Fonte: Pesquisa de Campo

Possui um posto de saúde que atende a comunidade, e que de acordo com os moradores, apresenta um funcionalismo melhor em comparação aos anos anteriores, porém não dispõe de uma ‘ambulância’ o que torna dificultoso os serviços de primeiros socorros, uma vez que são possíveis apenas do outro lado do rio no pronto socorro de Santana.



Figura 7: Posto de saúde  
Fonte: Pesquisa de Campo

Alguns serviços prestados pelo governo estadual e municipal têm alguma representatividade na localidade na forma de unidade de escritório, dentre eles: o da Companhia de Eletricidade do Amapá – CEA, posto da polícia militar<sup>19</sup> e representante da prefeitura na pessoa do agente distrital que em tese aproximaria a comunidade do poder público. Na Ilha encontra-se também a Sede de Pescadores da Colônia Z-6 de Santana, uma fábrica de polpas, inoperante desde sua criação em apoio à produção de polpas de frutas existente no distrito.



Figura 8: Escritório da Companhia de eletricidade do Amapá  
Fonte: Pesquisa de Campo

<sup>19</sup> Por serviço são no máximo três policiais, no total trabalham no revezamento quinze agentes. A viatura é antiga e a base visivelmente desestruturada.



Figura 9: Posto da polícia militar  
Fonte: Pesquisa de Campo



Figura10: Sede de Pescadores  
Fonte: Pesquisa de Campo



Figura 11: Fábrica de Polpas de Frutas

Fonte: Pesquisa de Campo

A “vila de cima” é cortada por uma ponte chamada Ulisses Guimarães, para os moradores desta área, os mesmos usufruem de uma paisagem singular. Na convivência e contemplação de uma área com forte presença da natureza cortada por igarapés, mais próxima do Rio Amazonas que a parte de baixo da Ilha. Os ventos nessa área são constantes e propiciam um clima bastante agradável. Sombras de árvores são aproveitadas para descansos e bate-papos. Na maioria das casas há presença de árvores frutíferas, plantas medicinais e hortaliças.



Figura 12: Entrada da Ponte Ulisses Guimarães

Fonte: Pesquisa de campo.



Figura 13: Espaço de lazer e descanso familiar  
Fonte: Pesquisa de Campo

Na parte de cima da Ilha<sup>20</sup>, na maioria das casas, trapiches interligam a residência ao rio e no fim de cada trapiche tem uma estrutura com escada, adaptado para guardar barco de pesca, catraio, canoa ou ‘rabetá’ de propriedade da família do residente ou de quem o visitar. Outros trapiches além dessas características são mais bem estruturados para banho, lazer e descanso com lugar para colocar redes e abrigo do sol.



Figura 14: Trapiche privado  
Fonte: Pesquisa de Campo

---

<sup>20</sup>Na frente da Ilha, face à sede do município de Santana.



Figura 15: Barco pesqueiro  
Fonte: Pesquisa de Campo

Os movimentos demográficos das últimas duas décadas e os que ainda estão em curso são os principais responsáveis pelas transformações paisagísticas encontradas na Ilha de Santana. Dentre as transformações podemos citar as mudanças na estruturada construção das casas cada vez mais mergulhadas em reformas e a madeira sendo substituída por alvenaria. Além da mudança de estrutura percebe-se uma ampliação do espaço da moradia e até dos modelos arquitetônicos.



Figura 16: Construções de casas a beira do rio  
Fonte: Pesquisa de Campo



Figura 17: Casa em construção  
Fonte: Pesquisa de Campo

Uma observação interessante é uma significativa quantidade de terrenos e casas à venda, o que expõe um processo pelo qual a localidade tem passado recentemente no sentido de ter fortes indícios de especulação de terras, em que os baixos preços das terras aliado às expectativas de investimento e desenvolvimento da Ilha de Santana nos próximos anos inserindo-a no projeto do Porto de Santana<sup>21</sup>, atraindo assim o interesse de pessoas que não moram na localidade, as quais compram terrenos enquanto investimento e comumente utilizam o espaço para o lazer nos fins de semana. Visto que há muitos moradores que têm mais de uma propriedade, por tê-la comprado ou por ter herdado de familiares, e que muitos deles não possuem documento de propriedade definitiva da terra ficam mais suscetíveis a se desfazerem de uma das propriedades.

---

<sup>21</sup>Para um aprofundamento ver, Pesquisas e Estudos Para a Logística Portuária e Desenvolvimento de Instrumentos de Apoio ao Planejamento Portuário- Plano Mestre do Porto de Santana. Florianópolis-SC, FEESC 2013.



Figura 18: Casa a venda  
Fonte: Pesquisa de Campo



Figura 19: Terreno a venda  
Fonte: Pesquisa de Campo

Acrescentam-se ainda dois fatores paradoxais que influenciam na paisagem, a saber: os balneários que atraem um grande fluxo de pessoas, sobretudo aos fins de semana, pelo encanto que transmite; e os resíduos de lixos industriais produzidos pela própria comunidade e também recebidos via movimento das correntes de águas do Rio Amazonas, lixo produzido pela outra margem do município. Além dos problemas ambientais e sanitários que a questão envolve a imagem acaba por contrariar a beleza realçada pela forte presença da natureza do lugar.



Figura 20: Balneário Recanto da Aldeia  
Fonte: Pesquisa de Campo



Figura 21: Lixo acumulado embaixo de casas  
Fonte: Pesquisa de Campo

Pelo fato de o distrito da Ilha de Santana ser separado geograficamente da sede do município, sobre a qual não se costuma lançar dúvidas sobre sua suposta urbanidade, tem-se a ligeira impressão de que existe um afastamento também no modo de vida, cultural e de espaço físico, que tenderia ao rural, e à isso soma-se o fato de que a Ilha em questão é tida como análoga às ilhas vizinhas que têm o modo de vida ribeirinho como uma de suas características. Mas constata-se que mesmo estando separada da sede do município, observam-se características de uma absorção de elementos presentes em toda e qualquer pequena ou grande cidade como, por

exemplo, eletricidade, serviços de telefonia, tv a cabo, acesso à tecnologia e à internet que logo desmistifica o distrito como ribeirão.

O que permite dizer que se tornam evidentes, nesse debate, os limites da competência analítica das categorias urbano e rural, na medida em que a própria visão da realidade que lhe sustentava está sendo colocada em dúvida. A partir de então se faz apropriado apreendermos as novas ruralidades por meio do recurso a outras noções de conteúdo analítico que permitam identificar o lugar que o espaço ocupa nas relações sociais, na formação dos atores sociais, na construção de suas identidades e ações coletivas.

## CAPÍTULO II

### A RELAÇÃO URBANO-RURAL E SEUS DESDOBRAMENTOS NA ILHA DE SANTANA

#### 2.1 Debates Conceituais

Nesse capítulo é feita uma breve abordagem a respeito do objeto da Sociologia Rural no Brasil, sem a pretensão de dar conta das inúmeras discussões que envolvem o tema, no qual mostra-se a mudança de postura nesse campo de estudos, uma vez que em sua constituição inicial é marcado por uma oposição entre urbano e rural, e posteriormente estudos despontam no sentido do reconhecimento de que ambos os espaços são detentores de conhecimentos e valores específicos. Para tanto apresenta-se nesse primeiro momento essa visão dicotômica através da crítica elaborada ao objeto da sociologia rural, e em seguida aponta-se nesse trabalho a relevância e pertinência de um novo olhar para as ruralidades.

Os debates sobre o campo de estudos da sociologia rural no Brasil refletem uma postura apoiada em discussões realizadas a fim de romper com a dicotomia rural-urbano, que perdurou por longas décadas no seio de sua trajetória. Segundo Carneiro (2008) a partir dos estudos iniciais nesse viés, fundou-se o “mito” que opõe o rural ao urbano, em uma lógica que afirmava o possível desaparecimento de tal distinção com o processo de industrialização, pois até então se destacava um olhar para o rural associado diretamente ao agrícola. Logo, com a modernização do rural o mesmo perderia essa característica reducionista que o classificava enquanto categoria oposta ao urbano.

Para Martins (2008, p. 32)

Por muito tempo e para muitos, a sociologia rural foi mais uma sociologia da ocupação agrícola e da produtividade do que uma sociologia propriamente rural. Mais uma sociologia das perturbações do agrícola pelo rural do que uma sociologia de um modo de ser e de um modo de viver mediados por uma maneira singular de inserção nos processos sociais e no processo histórico. Não raro, o mundo rural tornou-se objeto de estudo e de interesse dos sociólogos rurais pelo “lado negativo”, por aquilo que parecia incongruente com as fantasias da modernidade. Não por aquilo que as populações rurais eram e sim pelo que os sociólogos gostariam que elas fossem.

Percebe-se que as populações rurais, para esses estudos sociológicos<sup>22</sup>, sinalizavam atraso à chamada modernização. Tomava-se como referência um cenário pautado no desenvolvimento, no qual essas populações estariam do lado oposto, sobretudo em uma perspectiva econômica. A Sociologia Rural segundo Martins (2001, p.32) esbarrou “no equivocado pressuposto de que essa modernização acarretaria automaticamente a modernização social e o bem-estar das populações rurais ou ruralizadas”.

Dessa forma, esse reducionismo não abrangia o modo de ser e os processos sociais dessas populações, pelo contrário, encaixava-os em uma realidade que não condizia com seus códigos de valores e conhecimentos nem com o ideal de modernização pregado, pois negligenciavam-se fatores como as desigualdades, o desemprego e a infraestrutura, numa demonstração de desacompanhamento das populações rurais diante desse processo. Para Giodarno (1989 *apud* CARNEIRO 2008, p. 23) “A sociologia rural, aí, se constrói como uma disciplina instrumental e tecnocrática voltada para o desenvolvimento, a eficácia e a modernização da produção agrícola”.

Assim, a Sociologia Rural, durante certo tempo marginalizou os conhecimentos tradicionais das populações rurais e não lhes deu retorno quanto à proposta de desenvolvimento pregado pelo ideário de modernidade, contribuindo para o abatimento do seu modo vida. Nas palavras de Martins (2001, p.34) a sociologia rural “tinha elaborado diagnósticos para desmontar a sociedade tradicional, mas não tinha condições de diagnosticar e solucionar os graves problemas sociais que não previu (...)”.

Martins (2001) aponta como exemplo dessa ideia controversa de modernização e desenvolvimento, o caso da Amazônia brasileira, que demonstra com clareza que a visão de emancipação das populações rurais por vezes apresentou-se utópica diante da precária qualidade de vida oferecida pelas políticas de exploração dos recursos e de mão de obra principalmente no período de colonização<sup>23</sup>.

Aqui no Brasil, tivemos, nos anos 80 e 90, a grande expansão territorial do grande capital moderno que foi o da expansão da fronteira agropecuária na Amazônia. Espaços ocupados por populações indígenas, que muitas vezes jamais haviam tido

---

<sup>22</sup>SOROKIN, P. A.; ZIMMERMAN, C. C.; GALPIN, C. J. Diferenças fundamentais entre o mundo rural e o urbano. In: MARTINS, José de Souza (Org.). *Introdução crítica à sociologia rural*. São Paulo: Hucitec, 1981.

<sup>23</sup>Para um estudo aprofundando da política de colonização da Amazônia, ver LOBATO, Sidney da Silva, Os descaminhos da Fortuna: A política de colonização no Amapá (1940-1958). In: AMARAL, Alexandre, OLIVEIRA, Augusto, SANTOS, Dorival, CAMBRAIA, Paulo, LOBATO, Sidney (orgs.), *Do lado de cá: Fragmentos de História do Amapá*. Amapá; Açai.

contato com o homem branco, e por populações camponesas pobres remanescentes das ondas de povoamento dos séculos XVIII e XIX, foram declarados espaços vazios pelo Estado nacional. Estímulos fiscais escandalosos foram concedidos a ricos grupos econômicos, nacionais e estrangeiros, para que fizessem uma ocupação moderna do território. Uma modernização postiça, pesadamente subvencionada pela sociedade brasileira, mais expressão da ineficiência da grande empresa do que de sua louvada eficiência.

Os pesquisadores que acompanharam esse processo foram testemunhas dos artifícios usados pela Sociologia Rural para apoiar seu objeto de estudos, na crença até então da emancipadora função das técnicas de modernização, enquanto, em verdade, os agentes modernizadores acabaram por atropelar o modo de vida dos atores sociais desses ambientes nos movimentos de políticas “desenvolvimentistas” e empresariais que desconsideraram a complexidade do rural e achavam que o desenvolvimento seria sempre um caminho para o mundo urbano.

Nas últimas décadas do século XX, os estudos que destacam a complexidade da relação urbano-rural, contestando a visão puramente dicotômica em um período onde o apelo ao industrial parece ter tomado conta dos estudos sociais, são marcados pela abordagem de uma nova visão do rural, valorizando aspectos culturais, as pluriatividades e os bens naturais.

Ao que Carneiro observa (2008, p. 22):

Como já foi dito anteriormente, a sociologia rural, na sua constituição como disciplina específica, provocou a reificação de uma imagem dicotômica da sociedade sustentada na oposição entre cidade e campo como dois universos substantivamente distintos que comportam, não raro, avaliações antitéticas sobre as condições de vida em um e em outro.

Dessa forma, a autora defende a ideia de que a existência de uma maior aproximação desses dois ambientes, ao invés de descaracterizar o rural, acaba por realçar suas especificidades. Para Carneiro (1998, *apud* BLUME 2004, p. 40) “ressaltam-se como uma modificação importante para o rural as novas dinâmicas que passaram a se estabelecer neste espaço”. Surgindo dessa forma, um novo tratamento dado às ruralidades.

### 2.1.2 Um novo olhar às ruralidades

A partir das discussões e questionamentos dessa relação de separação entre rural e urbano procurou-se repensar sobre as questões de ruralidades na atualidade. Para fins desse estudo, apresenta-se o rural na perspectiva de Maria José Carneiro (2008, p. 09) como “uma categoria de pensamento que classifica e organiza o mundo social orientando suas ações”, ou seja, o rural passa a ser pensado a partir de suas peculiaridades, como espaço de construção de identidades e práticas da realidade social.

Nesse debate são consideradas, como ponto primordial, as diversas mudanças ocorridas nas realidades rurais através de abordagens alternativas que reconheçam em tais mudanças atores sociais próprios do mundo rural com dinâmicas específicas. Carneiro (2008) infere que as ruralidades se apresentam de formas distintas em cada universo e são inseridas tanto no âmbito social, quanto no âmbito econômico e cultural, logo, não podemos generalizar as ruralidades e sim visualizá-las a partir das particularidades desses ambientes.

Nesse sentido:

Orientar o foco de análise para os agentes sociais deste processo e não mais para um espaço geográfico reificado possibilita, por exemplo, que a distinção entre “cidade” e “aldeia” ou “urbano” e “rural” desapareça ou torne-se inútil como questão sociológica. Isso porque cada espaço contém em si contradições e conflitos resultantes da relação entre sistemas de valores e interesses distintos, quer sejam eles tidos como de origem “urbana” ou “rural” (CARNEIRO, 1998, p.59).

As ruralidades passam a ser pensadas dessa forma a partir de representações sociais<sup>24</sup> compostas de diferenças culturais que apresentarão o olhar significativo do ator social de cada realidade. Ou seja, segundo Carneiro (2008) essas representações sociais se expressarão por valores e visões de mundo, peculiares ao universo simbólico em que encontram-se presentes, e que estão dessa forma propícios às reelaborações. As características específicas de cada localidade irão compor as teias de relações estabelecidas entre o rural e o urbano.

Carneiro (1998, p. 73) ainda ressalta:

Nesse sentido, reconhecer espaços de sociabilidade e de articulações econômicas distintas dentro de uma mesma localidade pode ser útil para romper com

---

<sup>24</sup>Representações sociais entendidas segundo Carneiro (1998, p.73) como “conjunto de categorias referidas a um universo simbólico ou visão de mundo”.

as oposições binárias e dar conta das inserções plurais dos indivíduos socialmente posicionados na sociedade urbano-industrial. Como sustentamos a ruralidade não é mais possível de ser definida com base na oposição à urbanidade.

Dessa forma adotou-se para fins desse estudo analisar o distrito de Ilha de Santana a partir da perspectiva de tomar a relação entre o urbano e o rural não como oposição, pautada puramente em processos urbano- industriais, e sim como relações simultâneas, avaliando as mudanças que se expressam em seus ambientes sociais e culturais. Para Carneiro (2008) há um amplo debate acerca da essência do rural e do urbano, logo:

Seria mais prudente, em vez de tentarmos redefinir as fronteiras do rural e do urbano ou, mais simplesmente, de ignorarmos as diferenças culturais compreendidas nesses amplos rótulos, orientarmos nossos esforços para a busca dos significados das práticas sociais que tornam operacional esse tipo de interação (e distinção) a partir do olhar dos atores sociais. (CARNEIRO, 2008, p. 28)

A relação entre campo e cidade aqui é vista como produtora de novas ruralidades, no mesmo sentido que Carneiro (2003) adverte que o avanço do urbano não expressa o acabamento com rural, e que Blume (2004, p.40) afirma: “ao invés de uma homogeneização que descaracterizaria as identidades socioculturais, a aproximação realçaria as especificidades do rural, no sentido de uma reestruturação das identidades e um fortalecimento da ruralidade”.

Aparentemente a Ilha de Santana reúne ao mesmo tempo características urbanas e rurais através de pontos específicos que permeiam as relações interpessoais e o espaço em questão. Isso se deve ao fato de em um mesmo local coexistirem aspectos classificados como próprios do rural e outros próprios da cidade<sup>25</sup>. Se no plano teórico-científico houve esforços no sentido de estender essa visão oposicionista entre esses dois espaços é importante lembrar que esse dilema não é exclusivo de categoria analítica, pois esses termos também são utilizados pelos institutos de estatística e pelo imaginário social marcado por definições opostas.

Na investigação sobre o uso desses conceitos percebe-se comumente a consideração do espaço paisagístico (artificial ou natural) para classificar um lugar. Quando objetivamente provocamos os moradores da Ilha de Santana “se eles moram na cidade ou campo? Em um ambiente urbano ou rural?” são expressadas dificuldades de posicionamento e as respostas são diversas justamente porque os moradores articulam suas análises a partir de características próprias de um ou outro espaço. Carneiro diz que os distritos, assim como as vilas e povoados,

---

<sup>25</sup> Fazendo referência às características classificatórias da paisagem física principalmente.

possuem por excelência dificuldades de classificação por serem espaços intermediários entre campo e cidade.

O objetivo desse estudo não é apoiar-se na classificação objetiva e nem trabalhar o rural e o urbano como espaços opostos, pois esse tipo de análise pautada, principalmente na caracterização do espaço geográfico não daria conta da realidade pesquisada. Adotou-se a perspectiva dos novos debates sobre ruralidades justamente porque a coexistência desses elementos não descaracteriza nenhum dos dois espaços.

A Ilha de Santana oficialmente<sup>26</sup> além de ser um distrito do município é também um bairro. Algumas áreas da localidade como, por exemplo: as que limitam a Ilha, as áreas em seu interior que têm contato com igarapés e as propriedades localizadas em espaço de várzea, remetem à características de uma comunidade ribeirinha, que de acordo com a definição de Trindade Júnior et al. (COSTA ET AL., 2012) tem ligações de identidades com o lugar, demonstradas em seu modo de vida, como a interação de seus habitantes com os cursos fluviais em vários sentidos: uso doméstico, fonte de recurso material, uso para o lazer e representação simbólica.



Figura 22: Casa a beira de um igarapé na parte de cima  
Fonte: Pesquisa de Campo

Por outro lado a Ilha assemelha-se às cidades: nas áreas em que o solo é característico de terra firme, o espaço é organizado por vias de chão batido e piçarra, sendo que não há nenhuma via asfaltada no distrito; a maioria das casas nessa parte da Ilha é construção em

---

<sup>26</sup> Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatístico-IBGE.

alvenaria ou mista com madeira; no local há cobertura de tv por assinatura, de redes de telefonia e internet, a rede de energia elétrica é interligada ao município de Santana, poucos carros, bem como alguns serviços e unidades públicas como escolas, posto de saúde e unidade policial.



Figura 23: Crianças brincando na rua.  
Fonte: Pesquisa de Campo

A rede de energia elétrica possui certas defasagens, a iluminação pública é ruim, não existe rede de esgoto, a pequena estrutura de abastecimento de água nunca foi instalada na localidade, não há serviços bancários nem postais. Na perspectiva de Becker (2005, apud COSTA ET AL 2012, p.57) mesmo que a população urbana esteja concentrada em cidades que não oferecem serviços urbanos suficientes para atender à sua população, tais como água encanada e esgoto, estas são ainda consideradas cidades.

Na Ilha de Santana, o espaço é organizado por ruas, avenidas, pontes, igarapés e principalmente por ramais. As casas, no geral, possuem quintais com árvores frutíferas pequenas hortas e em algumas a criação de animais de pequeno e médio porte.

## **2.2 Ruralidades na Ilha de Santana**

O primeiro ponto defendido por Carneiro (2008) que devemos levar em consideração é que ruralidade não pode ser homogeneizada, definindo-se exclusivamente da atividade agrícola, pelo contrário, tem seus próprios códigos de conhecimento, expressado de formas diversas.

As relações de trabalho ou atividades produtivas demonstram uma realidade não exclusiva de agricultores. A maioria dos moradores do distrito dispõe de diversas fontes de renda, caracterizando formas específicas de organização na localidade<sup>27</sup>, como é caso da presença de grupos de trabalhadores como os catraieiros, pescadores, comerciantes, operários da construção civil, agricultores, produtores de polpa de fruta, funcionários públicos, serviços gerais, empregados (as) domésticos (as), trabalhadores autônomos entre outros. É importante dizer que essas atividades são desempenhadas tanto por homens quanto por mulheres e geralmente são combinadas com outras atividades para complementar a renda da família.

Segundo Graziano da Silva (1996 *apud* CARNEIRO, 2008, p. 56):

É significativa a redução de pessoas ocupadas na agricultura, dado que se associa ao aumento do número de pessoas residentes no campo exercendo atividades não agrícolas e ao aparecimento de uma camada relevante de pequenos agricultores que combinam a agricultura com outras fontes de rendimento.

Essas famílias são consideradas pluriativas e segundo Teixeira (1998 *apud* CARNEIRO, 2008, p. 21) “se caracterizam pela combinação da atividade agrícola a outras ocupações como estratégia familiar de melhoria das condições de vida ou mesmo como condição de permanência no campo”. A família de Dona Joana, 49 anos, possui a agricultura apenas para o consumo familiar, tendo como suas únicas plantações as que estão na área de seu quintal. Como renda principal são donos da única farmácia presente no distrito, ao lado tem um comércio com produtos variados de onde também tiram a sua subsistência familiar.

Essa realidade de diversas atividades é resultado da relação direta com o urbano, através inicialmente do contato com os grandes projetos madeireiros, que proporcionaram a relação com o campo na agricultura, nas atividades extrativistas, exploração da madeira; e pelo aumento habitacional do distrito, posterior à ocupação de Santana que relaciona diariamente as duas margens. Como é relatado pela moradora, antes desse acesso contínuo de pessoas vindas de outros bairros do município ela e seus irmãos foram criados a partir dos recursos naturais, da fauna e extrativismo. Seu pai caçava, pescava, tirava açaí, “era tudo livre, não tinha assim de se dizer eu sou dono daqui e você não pode entrar” (JOANA, 49 ANOS).

De acordo com Dona Joana antigamente tudo era muito livre, no sentido de poder tirar da natureza a subsistência familiar, pelos seus relatos ela e seus irmãos cresceram e viveram da

---

<sup>27</sup>Utilizaremos o termo localidade de acordo com a ideia de Carneiro (2008) “para universos empiricamente referenciados, já que essa noção não define a natureza rural ou urbana de um grupo ou de suas práticas” (p. 9).

terra e seu pai não teve dificuldades de criá-los. Segundo a moradora, “hoje já existe esse problema na criação dos filhos, pois os pais têm que batalhar em diversas atividades para comprar o sustento da família”. Logo, essa questão de pluriatividades trouxe a possibilidade segundo Carneiro (2008) de “novas formas de organização de produção virem a se desenvolver no campo ou de antigas práticas assumirem novos significados.”

No caso dessa família podemos observar as duas situações (1) alterou sua forma de subsistência familiar, antes pautada no extrativismo, agricultura, caça e pesca, dando-lhe um novo significado, pois as práticas não se perderam, apenas concentraram-se em produções reduzida em uma agricultura doméstica (2) dessa forma assumiram um significado, exclusivamente caseiro, carregado de conhecimento passado por gerações.

O filho de Dona Joana trabalha como embalador em uma rede de supermercados no outro lado da margem do rio, no centro de Santana, de segunda a sábado e em alguns domingos realiza essa atividade. Ele também é dono de catraio e aluga-o para outras pessoas trabalharem durante o período em que é embalador, e recebe como pagamento a metade da renda diária, já nos seus dias de folga ou sempre que encontra disponibilidade exerce a função de catraieiro.

Segundo Carneiro (2008) relações de produção, como é o caso dessas encontradas na Ilha de Santana, apresentam a ruralidade como uma representação do social culturalmente definida pelos seus próprios atores, que realizam atividades heterogêneas e que não remetem somente a agricultura, mas encontram ligação direta com as atividades relacionadas à cidade.

### **2.3 Relações entre moradores e destes com os “de fora” da Ilha**

A maioria das pessoas que moram na Ilha se conhecem, principalmente os mais antigos no local, se não são da mesma família, amigos ou compadres são conhecidos ‘de vista’, e a maioria desses moradores têm conhecimento geográfico e histórico da Ilha de uma ponta a outra. Os moradores mais recentes vão se “enturmando” primeiro com a vizinhança mais próxima e depois passam a ser conhecidos pelos demais moradores.

O crescimento populacional mais acelerado dos últimos anos mudou o grau de intimidade que os moradores possuíam uns com os outros porque antes eram em menor número a quantidade de famílias no local. Quando se está na Ilha de Santana a referência às pessoas que

moram lá é feita pelo nome ou apelido acompanhado do nome da família a qual pertencem ou profissão e parte da Ilha em que residem, como no exemplo: “Kelly, filha da dona Alice, da parte de cima” ou ainda “Seu Nilson catraieiro” (parte de cima e parte de baixo- é a expressão mais utilizada).

Quando ocorre um fato mais curioso ou importante sobre a vida das pessoas ou que aconteceu na localidade, rapidamente é disseminado na comunidade porque as pessoas dizem que lá é pequeno e quase todo mundo se conhece. Por mais que o telefone seja amplamente utilizado, as rodas de conversas principalmente nos fins de semana são fortemente presentes e os “acertos” ou “combinados” entre moradores é prioritariamente feito presencialmente.

Quando uma pessoa precisa de um favor de outra, vai até a pessoa negociar o favor, isso é facilitado pelo fato das casas não serem tão distantes uma das outras, em que a locomoção é feita prioritariamente de bicicleta ou andando. As motos também são utilizadas em certa quantidade, já os carros representam um número bem pequeno dentro do distrito. Os veículos menores são mais adaptados ao local pela facilidade de transportá-los, nos catraios de uma margem à outra sempre que seu dono precisa, já o carro é mais oneroso porque só pode ser transportado em balsas.

A venda de combustível é feita somente nos postos de abastecimento na outra margem e é no Porto de Santana que carros, motos e barcos são abastecidos. Para estarem prevenidos numa eventualidade caso precisem de combustível estando na Ilha, os moradores estocam em pequenas quantidades dentro de “carotes” de plástico e são experientes em manuseá-los no cuidado de evitar acidentes.

A ausência de um trânsito cotidiano, como o da sede do município, por exemplo, se explica pelas limitações de território da Ilha e o fato de não acionarem a mesma como passagem para outros lugares via terrestre. Assim, as ruas são espaços mais livres que permitem que as pessoas andem despreocupadamente, que crianças tomem esses espaços como seus territórios de brincadeiras, geralmente reunidas em grupos. O movimento só é alterado nos fins de semana nas vias principais que dão acesso aos campos de futebol, balneários e bares.

Dentro da rede de relações estabelecidas há troca de favores cotidianos como reparar por um curto período filhos pequenos de parentes ou vizinhos quando os pais precisam se ausentar para ir trabalhar, se deslocar para Santana ou outro município, empréstimo de ferramentas de trabalho, bicicleta, objetos ou alimentos.

Demonstrações interessantes são encontradas no grupo dos catraieiros, que expõem relações entre “os de dentro” como por exemplo, a guarda dos barcos dos catraieiros. Por conta de furtos e assaltos na beira da Ilha onde os barcos ficam atracados, que segundo os moradores geralmente são praticados por pessoas de fora, os proprietários contratam os serviços de um morador do distrito para vigiar os barcos enquanto não trabalham, no período da noite até a manhã, dando-lhes em pagamento a importância de quatro reais por barco. Esse serviço se fez necessário pelo fato de o policiamento não dar conta das demandas locais, não abrangendo o patrimônio privado dos catraieiros. Esse morador contratado não tem vínculo algum com serviços de segurança público ou privado, mas atende à necessidade dos moradores de vigiar o seu patrimônio e instrumento de trabalho porque deles tem forte confiança por serem ‘conhecidos’ há muito tempo<sup>28</sup>. Assim que o vigilante toma seu posto, se responsabiliza pessoalmente pelos bens do grupo devendo arcar com possíveis extravios.

Outra relação baseada essencialmente na confiança é a negociação entre proprietário do catraio e o catraieiro. Nem sempre o catraieiro tem seu próprio barco e nem sempre o dono de barco é catraieiro.<sup>29</sup> Quando o catraieiro não tem barco próprio ele aluga de outro colega que não vai trabalhar naquele dia ou horário. Aqui, a forma de pagamento é baseada na confiança entre as partes. O dono do barco aluga-o para um catraieiro pela metade da renda que este fizer enquanto estiver com o barco sob sua responsabilidade, sendo que deve devolvê-lo nas mesmas condições. Assim, as partes tratam-se como iguais e prezam por manter a relação de confiança, a partir da qual outros acordos serão feitos. Há casos de quebras de confiança que são descobertas pelos donos de barcos, mas as ocorrências são consideradas exceções no grupo e não costumam se repetir por receio de perda da credibilidade com o grupo.

Na localidade há relatos de pequenos furtos de objetos e bicicletas e ainda alguns ocorridos de pessoas que ultrapassam as fronteiras de suas propriedades para tirar açaí da propriedade alheia, porém são casos em que não é possível precisar a identidade do infrator. Mas no geral as relações entre moradores, principalmente de vizinhos é de confiança e amizade. Com as pessoas “de fora” os moradores não têm comportamento hostil, mas têm certas desconfianças, pois há relatos de pessoas foragidas da justiça que atravessam de Santana para se refugiarem na intenção de não serem encontradas e/ou para recomeçarem suas vidas, ou

---

<sup>28</sup> Não foi possível saber se o morador trabalhava armado no serviço ou não, pela questão envolver ilegalidade.

<sup>29</sup> Porém, ambos devem ser devidamente regularizados junto às autoridades marinhas.

ainda para mudar o local de seus crimes. Mesmo com motivos de ter prudência em relação aos “de fora” a comunidade da Ilha de Santana é um ambiente muito receptivo e de pessoas hospitaleiras.

#### **2.4 Conhecimentos e símbolos da localidade**

Esse conhecimento tradicional abrange as características culturais de determinada população, bem como as características naturais, o que enriquece seu modo de vida. Nessa perspectiva Diegues (2008) e Arruda (2001), consideram que é importante fazer a análise dos sistemas de representações, símbolos e mitos que cada população estabelece, pois é com ele que agem sobre o meio natural.

Desde a travessia para a Ilha de Santana, até o reconhecimento dos espaços que constituem o distrito, é possível observar diversas formas de relação dos moradores com o meio. A travessia do rio é um exercício comum para os moradores da Ilha de Santana, dos mais novos aos mais velhos. Os rios, o embarque e desembarque nos catraios e o percurso da travessia são consideradas habilidades dominadas por quem mora na Ilha porque a qualquer momento podem precisar acessar a outra margem.

Se a travessia de barco pode parecer perigosa, para as pessoas que não estão acostumadas a fazê-la e que não têm intimidade com o rio, os balanços causados pela maresia ou a lotação do catraio não assusta quem está acostumado a fazer o percurso, pois sentem com familiaridade o rio e seus riscos e confiam aos catraieiros a viagem. Mas tanto moradores quanto catraieiros mantêm uma relação de respeito com as forças da natureza, principalmente com o vento e as tempestades e diante disso agem sempre com cautela.

Dentre os moradores da Ilha há os que têm mais contato direto com a natureza, como por exemplo: os moradores que trabalham em atividades mais ligadas ao meio natural, como os agricultores, pescadores, carpinteiros e catraieiros; e os moradores que têm suas residências na área de várzea ou em áreas onde a natureza é mais preservada em vegetação, cortada por igarapés ou em frente ao rio. Esses moradores dominam conhecimentos sobre os movimentos das marés, dos ventos, das estações, e dos tempos da natureza mais propícios ao desempenho de suas atividades.

Na maioria das vezes, há duas gerações envolvidas nas atividades profissionais, o mais comum são pais e filhos, ou tios e sobrinhos em profissões em que a colaboração da geração mais nova é despertada no convívio cotidiano em que desde a infância observaram e aprenderam os conhecimentos e os modos de agir da profissão em questão. Em nível de exemplo, cita-se o caso do catraieiro Jairo, 30 anos, que aprendeu a profissão de catraieiro e a desvendar os conhecimentos da natureza com seus familiares principalmente por influência da sua tia Célia, 54 anos, que é dona de dois catraios e aluga-os para os parentes, inclusive para Jairo. Outro exemplo é o caso do pescador Antônio, 45 anos, que ensinou seus conhecimentos ao longo do tempo e preparou o filho Tarcísio, 16 anos, que o acompanha nas pescarias e nas atividades que as envolvem como, por exemplo, tecer as redes de pesca, limpá-las e fazer reparos.

## 2.5 O Imaginário Local

Existem muitas histórias que permeiam o imaginário dos moradores da Ilha de Santana, tanto nos adultos, quanto nas crianças. Uma lenda bastante conhecida é a da cobra Sofia<sup>30</sup>, que segundo a crença mora debaixo do município de Santana, onde dorme em sono profundo e caso se movimente provoca danos. Os moradores são céticos quanto à existência da tal cobra grande, mas não gostam também de duvidar porque a natureza, segundo eles, é muito misteriosa.

Os relatos perpassam gerações, dos que vivenciaram ou souberam e guardam na memória essas crenças. Escutou-se nos depoimentos dos moradores histórias de porcos que corriam atrás das pessoas da comunidade e depois desapareceriam sem deixar rastros e de galinhas que batiam em moradores, porém a história que mais se repetiu da aparição de um cavalo branco, bonito e brilhante que vagava pela Ilha.

[...] uma vez, há mais de dez anos, a gente morava lá, passando a igreja, lá na frente. Foi um dia de finados, meu esposo, ele viu um cavalo passar lá na frente, aí ele me chamou pra ver só que eu não quis olhar. Um cavalo branco, aí sabe, ele dormia dentro do comercio, que o nosso comercio era separado, aí ele dormia lá dentro e eu dormia em casa. Aí ele tava dormindo lá e os cachorros latiram, latiram, latiram e eu queria levantar, mas era dia de finados né, eu pensei não vou levantar, ainda via uma alma penada andando por aí... ele levantou e olhou aí viu o cavalo parado lá na frente no pé de um poste, ele tava parado abanando o rabo e os cachorros latindo (...) e outro

---

<sup>30</sup>DIAS, Joseli. Mitos e Lendas do Amapá. 3ª Edição, [S.I.: s.n.] 2006, p. 10-11.

senhor lá no canto viu o mesmo cavalo. Só que aqui não existia cavalo. Faz pouco tempo pessoas viram esse cavalo de novo aqui. (Dona Joana, 49 anos)

[...] o cavalo era lindo, branco, os cabelos caíam, chega que brilhava demais, nunca tinha visto uma coisa daquelas na minha vida, chega que meu Deus! Aqui não tinha cavalo nunca igual àquele. (Seu Sebastião, 55 anos, esposo de Dona Joana).

[...] olha quando eu morava ali embaixo, e isso aqui eu falo porque eu vi, não sei se foi só eu com a minha esposa que vimo, era um final de semana, assim era umas onze e meia e meia da noite nós ouvimo uma zoadá de cachorro latindo, aí tinha uma falha de uma tábua, aí nós espiamos e a gente viu um cavalo branco e bonito que brilhava, e nesse tempo não existia um cavalo aqui na ilha, era um cavalo muito bonito. Aí quando deu umas cinco horas da manhã, tinha um rapaz que trabalha numa padaria lá no canto, a gente viu zoadá do bicho andando, aí era inverno e ia ficar o lugar das pata dele, aí quando amanheceu o dia a gente desceu e quando foi ver o lugar das pata não tinha nada, tava limpo, e o rapaz da padaria viu também o cavalo, porque eles dormem tarde por causa da massa do pão [...] (Seu Nilson, 49 anos).

É possível identificar no imaginário local, que essas crenças tomam dimensões diferentes no decorrer do tempo, como por exemplo, para as crianças também existe um cavalo branco, porém esse ora aparece com cabeça de fogo, ora não. Existe também o que chamam por “misura” como um tipo de assombração que segundo Felipe, 9 anos, “é um negócio que assusta, tipo um vulto, que mora na horta dos agricultores concentrada na parte ‘de baixo’ da ilha”.

Essas diversas histórias e lendas fazem parte da vida cotidiana dos moradores da ilha de Santana e constitui-se como característica peculiar da localidade por se tratarem de lendas presentes na memória e pelo fato de somente eles terem contato com tais aparições. Segundo Fraxe et al (2007, p.100), “as lendas amazônicas estão intimamente ligadas à relação que o homem do interior estabelece com a região, com sua rica diversidade de espécies de plantas e animais”.

## **2.6 Recantos da Ilha**

Os catraieiros da Ilha trabalham diariamente na travessia de passageiros de uma margem a outra do rio Amazonas e relatam que aos fins de semana o fluxo aumenta, sobretudo para os balneários, que para eles são considerados garantia de trabalho rentável e para os públicos espaços de diversão e sociabilidade.

A questão do lazer é considerada um dos fenômenos de pluriatividades, que nos leva a pensar as ruralidades hoje, pois são formas alternativas de relação do rural com o urbano. Para

Carneiro (2008), “entre os seus efeitos destacam-se a ampliação das possibilidades de trabalho para a população rural, até então dedicada quase exclusivamente à agricultura, e a maior aproximação e integração de sistemas culturais distintos”.

A travessia do porto do açáí para a Ilha de Santana permite à figura do catraieiro o estabelecimento de relações com diversas pessoas dos variados bairros de Santana e Macapá, segundo seu Nilson, 49 anos, catraieiro dos mais antigos, os transportes diários têm movimentos alternados e nos finais de semana o fluxo aumenta consideravelmente, mais de 60 pessoas por barco no dia, tanto para os lugares de banho como para os frequentes torneios de futebol na Ilha.

Os balneários são muito solicitados com diversos fins, dentre eles: para banhos, piqueniques, ensaios fotográficos e trilhas ecológicas. O Recanto da Aldeia, que fica na costa da ilha é o mais solicitado por ter a maior praia e pela sua localização permitir mais privacidade aos banhistas.

Os torneios acontecem geralmente aos domingos e atraem tanto times da localidade como também de outros bairros. A disputa acontece nos campos de terra, pela premiação simbólica de grades de cerveja e às vezes de algum suíno. Possui toda uma organização referente à quantidade de times na rodada e pagamento de inscrição. Essas atividades de lazer fomentam a economia local dos bares e comércios e balneário.

É observado que muitas famílias buscam a Ilha como opção de lazer e contato com o meio rural para usufruir de um ambiente que as cidades não oferecem e/ou de certa nostalgia da vida em maior contato com a natureza e seus elementos. É o que percebemos, por exemplo, na família de Seu Francisco, 59 anos: esse senhor nasceu e cresceu no ambiente da Ilha de Santana, mudou-se para Macapá na sua juventude em busca de continuar os estudos e emprego. O seu retorno para a Ilha nos fins de semana, feriados e sempre que é possível, marca a estreita relação do morador com a localidade, pois para ele a natureza encontrada nesse ambiente é sinônimo de qualidade de vida e usufruto de uma paisagem cênica.

Seu Francisco apresenta-se como agricultor da localidade, pois possui plantações de acerola, mandioca, manga e outras culturas, bem como realiza o extrativismo de açáí geralmente para o seu consumo. Porém como moradia fixa esse morador utiliza de sua casa localizada na cidade de Macapá, e sua renda familiar advém do funcionalismo público.

Nessa dinâmica percebemos as relações de sistemas culturais divergentes, que são pautados em uma perspectiva onde, segundo Carneiro (2008, p. 57):

Novos valores sustentam a procura da proximidade com a natureza e com a vida no campo. A sociedade fundada na aceleração do ritmo da industrialização passa a ser questionada pela degradação das condições de vida dos grandes centros. (...) O ar puro, a simplicidade da vida e a natureza são vistos como elementos “purificadores” do corpo e do espírito poluídos pela sociedade industrial. O campo passa a ser reconhecida como espaço de lazer ou mesmo como opção de residência.

São justamente essas relações com a natureza que atraem Seu Francisco e diversos outras pessoas para a Ilha de Santana, pois a área onde localiza-se o seu terreno é considerada por ele totalmente rural e tem as características de estar na beira do rio, rodeada de árvores e ter a agricultura por complemento.

Porém, a vinda de pessoas da cidade para o desfrute do lazer na ilha, não é considerado algo somente benéfico. É contado por muitos moradores reclamações sobre as violências advindas dessa relação Santana–ilha. As diversas festas realizadas nos bares e balneários durante os finais de semana acarretam preocupações e às vezes consideradas como ameaça à tranquilidade do local.

Para catraieiros como José, 32 anos, a localidade em si é tranquila e as badernas são causadas por indivíduos que atravessam “de Santana” e não tem um comportamento adequado para participar das socializações realizadas. A partir disso, os moradores relatam que determinados encontros entre jovens das duas localidades resultam em brigas de grupos rivais-grupos da área portuária localizada à margem direita do rio (Baixada do Ambrósio principalmente) confrontam-se com grupos da própria Ilha. É justamente nessas ocasiões que a unidade de policiamento local mais trabalha em ocorrências, mas em geral os “desencontros” são contidos e os envolvidos levados para a delegacia.

## **2.7 O Espaço da Ilha de Santana como Criador de laços identitários**

Como foi visto anteriormente, a Ilha de Santana encontra-se submersa nas relações urbano-rural a partir de suas características específicas que diz respeito às diversas dinâmicas existentes. Para tal identificação optamos pelo uso da noção de localidade utilizada por Carneiro (2008) por não significar exclusivamente uma definição do que seja ambiente urbano e rural por delimitação física-espacial.

Localidade, nas palavras de Carneiro (2008, p.34):

Seria útil justamente porque supõe um espaço que é tido, por aqueles que o ocupam, como uma referência e como uma base física de um conjunto de relações sociais diversificadas (de trocas, de sociabilidade, de solidariedade, de disputas e de conflitos) que dão sentido à existência de seus habitantes, isto é, lhes dão uma referência identitária. Estamos diante, portanto, do processo de construção das múltiplas identidades que conformam o indivíduo na sociedade contemporânea.

As relações urbano-rurais propiciam a integração entre ambos os espaços promovendo um sentimento de identificação e pertencimento dos moradores com a localidade da Ilha e suas peculiaridades. Dessa forma é oportuno discutir a questão identitária, orientando a análise segundo os relatos dos moradores da Ilha, enquanto principais atores sociais desse processo. Logo, segundo Carneiro (1998, p.62)

O sentido de localidade não estará presente em todo e qualquer espaço, ele será tão mais forte quanto mais consolidada for a identidade do grupo, ou seja, quanto mais forte for o sentimento de pertencimento a uma dada localidade. Para tal, supõe-se que a lógica de existência do grupo se sustente em um conjunto de valores tidos como identitários e que serve para distingui-los dos demais. É na possibilidade de se estabelecerem relações de alteridade como os “de fora” que reside a capacidade do grupo de definir a sua identidade sustentada no pertencimento a uma localidade.

A Ilha de Santana é tratada na ocasião pela denominação de localidade, a partir da relação estabelecida com o território, nessa dinâmica de reconhecimento os moradores expressam claramente a ligação que estabelecem com o meio em que vivem desenvolvendo uma identidade territorial, que leva em consideração as questões culturais, sociais e econômicas da localidade. “[...] território ele o é para aqueles que têm uma identidade territorial com ele, o resultado de uma apropriação simbólica expressiva do espaço, sendo portador de significados e relações simbólicas” (ALMEIDA, 2005, p. 109). Nessa concepção a identificação se pautará pela apropriação da Ilha como um espaço territorial que conta a história de vida dos seus moradores e de suas gerações.

Seu Francisco, mesmo não morando há anos na Ilha de Santana vai ao distrito frequentemente e se considera parte da localidade. Durante a entrevista, relatou com satisfação o sentimento de pertencimentos ao território, segundo esse morador, a Ilha é diferente, pois mesmo sendo parte de Santana, e conseqüentemente do Amapá, “vivem separados”, e se considera muito orgulhoso por ser ilhéu, por “morar” na brisa do rio Amazonas, o que ele considera um privilégio.

É interessante perceber que Seu Francisco, remonta em seus relatos ao sentimento de amor pela localidade através da memória coletiva que transpassou gerações. Desde a época de

seu avô, sua família vive em contato com o distrito da Ilha de Santana e se identifica como parte do período histórico, social e econômico da localidade. Foi com grande entusiasmo que esse morador lembrou como era o espaço da Ilha a partir de suas brincadeiras e também das histórias que seus pais contavam sobre o seu batismo, que aconteceu quando o mesmo tinha apenas meses de idade. A sua alegria se deu pelo fato de ter escutado de seus familiares que o padre que o batizou, chamava-se Simão Corridori e fez parte da missão da sagrada família que realizou uma das maiores ações sociais da história da localidade, o Orfanato de José, relatado no primeiro capítulo.

Dessa forma segundo Carneiro (2008, p. 62):

Cabe sublinhar que o reconhecimento de um determinado espaço como próprio ao indivíduo, à família e ao grupo mais amplo, é informado pela memória coletiva herdada de gerações anteriores. Os marcos ou pontos de apoio dessa memória são os próprios componentes da paisagem: rios, morros, montanhas, árvores, que persistem mesmo que transformados ou destruídos pela ação do homem. A memória coletiva informa também as mudanças adaptativas do grupo ao sugerir respostas aos novos estímulos ou obstáculos.

As mudanças que ocorreram na localidade também são marcas fundamentais da história de vida desse senhor. Todo o processo da presença das grandes madeiras, por exemplo, faz parte da memória coletiva de seus familiares, na qual que existem relatos de um período de grande fluxo de pessoas na Ilha e de esperanças de desenvolvimento local, que causa em Seu Francisco um saudosismo muito grande mesmo de uma época em que ele não viveu, mas que segundo os relatos de seus antepassados foi considerada uma fase de grandes projeções futuras que não se concretizaram e não foram vivenciadas novamente na localidade. Ou até então não puderam sentir ainda algo parecido, diante da falta de interesse das políticas de governo em investir no local no sentido de estruturá-lo para melhorar a qualidade de serviços oferecida à população, mas sem agredir suas especificidades, pois segundo ele quando pensam em investir no local é só para explorá-lo sem beneficiar o local.

Esses relatos encontram base no interesse pela exploração da localidade, pois a ilha dispõe de um ambiente ainda marcado por recursos naturais, boa opção para moradia, terrenos a preços bem mais baratos que no resto do município, além de ser um lugar estratégico para navegação. Podemos citar, a título de exemplo, as especulações de terras existente na localidade, e a expectativa da implantação de grandes projetos, como é o caso do porto de Santana, parte integrante da política de ampliação da Secretaria dos Portos da Presidência. Nesse projeto a localidade da Ilha de Santana foi tecnicamente inserida como suporte logístico,

no qual é previsto a construção de um terminal para graneis vegetais na Ilha e cais de atracação, embarque e desembarque visando ser uma rota de exportação de grãos da região do Centro Oeste do país, já que a localidade, situada no Canal Norte, dispõe de profundidade de calado ideal para navegabilidade<sup>31</sup>.

Porém, na visão dos moradores, esse grande empreendimento visa o território da Ilha de Santana, mas ainda não houve consulta com moradores quanto aos investimentos na localidade, e isso preocupa-os, pois afetará suas propriedades de território material e simbólicas. Consideramos dessa forma, segundo Almeida (2008, p. 318) que:

O território é, antes de tudo, uma convivialidade, uma espécie de relação social, política e simbólica que liga o homem a sua terra e, simultaneamente, estabelecem sua identidade cultural. Nestas condições, compreende-se de que maneira o significado político do território traduz um modo de recorte e de controle do espaço, garantindo sua especificidade, e serve como instrumento ou argumento para a permanência e a reprodução dos grupos humanos que o ocupam.

A identificação dos moradores com o espaço territorial da Ilha de Santana faz com que considerem o meio, como parte intrínseca da sua história de vida. Nesse sentido outro conflito para a localidade, presente nos relatos, é a questão da falta de regularização fundiária, pois a maioria dos moradores não possui título definitivo. Assim, por não terem seus direitos sobre a terra legalmente regularizada preocupam-se caso precisem provar tal legitimidade. É interessante observar que mesmo com essa questão conflitante para os moradores, a relação que eles estabelecem com o lugar é de donos da terra, a partir da qual se fortalecem os vínculos de uma identidade territorial.

Fraxe, T. J. Pinto et al (2007, p.114).

Portanto, essa expressão de territorialidade não reside na figura de leis e títulos, mas está viva na memória coletiva que é incorporada a partir das dimensões simbólicas e identitária na relação do grupo com o lugar, o que dá bem mais consistência e profundidade a noção de território do que os títulos definitivos de terra.

Mesmo observada à identidade territorial dos moradores, no sentido de que se relacionam como pertencentes à localidade, eles lutam para ter esse direito de reconhecimento legal de suas terras pela forte preocupação de não terem um respaldo jurídico das áreas para fins de necessidades futuras e de segurança das propriedades das famílias.

---

<sup>31</sup>Para um aprofundamento ver, Pesquisas e Estudos Para a Logística Portuária e Desenvolvimento de Instrumentos de Apoio ao Planejamento Portuário- Plano Mestre do Porto de Santana. Florianópolis-SC, FEESC 2013.

Outro ponto fundamental de reconhecimento das identidades territoriais são as características naturais, as paisagens que referenciam a relação entre os moradores e a localidade. De acordo com os habitantes, ter elementos urbanos num espaço mais ruralizado significa contar com um espaço privilegiado. Para Seu Francisco, a Ilha é vista por muitas pessoas que visitam-na como lugar muito bom de viver, como lugar que todo mundo quer estar por ser muito agradável aos olhos e ao espírito, e por pessoas que não puderam ter um terreno na localidade ele diz que a Ilha “chega a causar inveja”.

A relação de contato com a natureza, pelas sombras das árvores, os banhos, a beira do rio, o som das águas, a pesca, agricultura, toda a tranquilidade existente na localidade, faz com que seu Francisco expresse: “a verdade eu estou em Macapá, mas eu estou aqui, eu fui para Macapá, mas a Ilha de Santana foi dentro de mim, toda hora eu só fico pensando aqui”. Então mesmo no afastamento da presença física não há um estremecimento de vínculo com a localidade.

Para Carneiro (2008, p. 35):

[...] as fronteiras entre os territórios são, nesse sentido, móveis e podem até mesmo ser deslocadas de uma espacialidade física. Isso quer dizer que os indivíduos podem expressar o seu vínculo com um determinado território (sua identidade territorial), mesmo estando fora desse território [...].

Essa construção identitária, percebida nos moradores, nos permite dizer que é possível o estabelecimento de uma ligação estreita com o território e suas características peculiares, mesmo separado dele em distância física ou ainda que o espaço da localidade tenha sido alterado em sua paisagem e dinâmica da vida social, é alimentada pela memória coletiva e individual, por meio das histórias de vidas de seus pais, avós e da sua própria vida, elementos do espaço onde brincavam, conversavam, tomavam banho, iam à Igreja, à escola, de quando chegou à Ilha, e enfim, lugares e fatos que desencadeiam e contam a história do lugar e da história de cada morador, ambas se entrelaçando.

Os moradores percebem-se como “boas pessoas” e esse tipo de imagem é repassada às pessoas exteriores à Ilha de Santana que não conhecem a realidade dos mesmos como o relatado na experiência de um morador que estava em tratamento médico em outro estado:

Eu fiquei um tempo em 2001, eu estava em São Paulo quando houve aquele episódio do assassinato do velejador<sup>32</sup>, eu vi a paisagem da ilha de Santana, e eu disse a minha terra na televisão, e quando fui fazer o cateterismo, uma senhora que estava do meu lado disse, você é da onde? – sou do Amapá. Viu o episódio que aconteceu lá? – eu disse não, não vi (na verdade já tinha visto). Aí ela disse, foi num lugar por nome Ilha de Santana, você conhece? - Eu disse é a minha terra. Ela só fez se levantar do meu lado e foi sentar no outro lugar. Aí eu falei: o morador da ilha de Santana é um morador bom, é um morador que trata bem as pessoas. Quando há algum caso de delinquência lá dentro é fato isolado, é uma pessoa que vem de outro estado ou bairro e vem cometer crime. (Seu Mário, 56 anos).

Embora a situação não fosse agradável, o sentimento de pertencimento ao território presente nesse morador incentivou-lhe argumentar sobre a localidade, pois segundo ele, não poderia permitir que por um acontecimento fora dos moldes de sua realidade, a localidade da Ilha de Santana fosse vista de forma pejorativa, precisava defendê-la. O morador Francisco diz que sente orgulho ao ver reportagens sobre as belezas naturais da Ilha de Santana quando são veiculadas na televisão.

Quando um morador, estando em outro município do Estado, é questionado com “Onde você mora?” a resposta costuma ser emblemática: “Eu Sou da Ilha de Santana”. Aqui, é possível perceber que não é fornecida como referência para o interlocutor a informação que comumente seria dada, que é a do município onde mora, isso se deve ao afastamento geográfico e pelas particularidades da Ilha de Santana, que reúne em um só espaço pluralidades que convergem no estabelecimento de uma identidade territorial coletiva. Mais do que espaço de residência, quem mora na Ilha se sente parte dela e carrega consigo os valores simbólicos produzidos a partir de suas experiências individuais e também coletivamente. “Ser da Ilha” denota intimidade e apreço ao lugar que responde pelo sentimento coletivo de pertencimento dos moradores.

---

<sup>32</sup>Peter Blake, velejador neozelandês, foi assassinado em 2001 a tiros durante um assalto, quando estava ancorado na Ilha de Santana.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa permitiu compreender que tanto os espaços rurais, quanto os urbanos podem ser pensados a partir de suas peculiaridades, como espaços de construção de identidades e práticas da realidade social, resultantes de interesses divergentes e sistemas de conhecimentos com um valor simbólico, determinados a partir das representações sociais presentes em cada localidade.

As diversas mudanças ocorridas na realidade do distrito da Ilha de Santana, tanto a nível histórico, pelo processo de ocupação e povoamento, quanto pelas relações rurais e urbanas estabelecidas na localidade, permitem identificá-la caracteristicamente como um espaço de ruralidades. Para isso, destacamos o modo de vida da população em que as atividades ditas rurais não as tornam meros utensílios de uma possível produção agrícola, por ora modernizante, e sim autora de produção de conhecimentos e valores do qual fazem parte do seu universo as questões expressas em ruralidades, relacionando-se também com o meio urbano. Tornando válida, portanto, a ideia de Carneiro (1998, 2008) de que as ruralidades não são simplesmente o oposto ao urbano.

As características de ruralidades percebidas na Ilha de Santana permitem aos atores sociais atribuir à localidade, significados, sentidos e usos do rural e do urbano, por dois aspectos principais: o primeiro é o reconhecimento de espaços de sociabilidade e de articulações econômicas distintas entre o rural e o urbano onde ambos contribuem para o fortalecimento da sua qualidade de vida. Essas características se expressam nas diversas atividades de renda familiar desenvolvidas pelos serviços de uma realidade de cidade como atividades comerciais, funcionalismo público, e ao mesmo tempo de campo, como a agricultura, a pesca artesanal, o extrativismo, bem como as relações de vizinhança, de confiança e os espaços de lazer ao ar livre.

Diante do contexto apresentado, o segundo aspecto que fortalece a ruralidade da Ilha de Santana é a percepção de que para o morador da localidade o distrito é sentido como um bem simbólico que vai para além do local de sua propriedade, pautado na realidade vivida, cuja relação simultânea permite o usufruto dos benefícios dos dois espaços, “o melhor dos dois mundos”, sem contar que essas particularidades possibilitam laços entre os atores sociais e o lugar, caracterizando a identidade territorial.

Para os moradores, a dinâmica de vida local está entre os dois mundos: se por um lado estão em um espaço geográfico mais ruralizado onde a natureza está marcadamente na paisagem, permeando o modo de vida e de sociabilidade entre os “de dentro” da Ilha e mediando sua relação com “os de fora”; por outro consideram que hoje sua relação em ser ‘também’ da cidade, além da presença de serviços urbanos na localidade, é devido aos meios de subsistência, que se descaracterizaram em relação ao passado dos moradores, e cada vez mais se aproximada lógica da cidade na medida em que não é mais a terra que lhes oferece os principais meios de subsistência, é a renda do trabalho que vai permitir poder de compra e o sustento da família.

Enfim, foi percebido que a visão dos atores sociais em relação ao espaço e modo de vida na Ilha de Santana realça as características de uma localidade que se encontra entre o rural e o urbano na realidade amazônica e assim se identificam.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, M. G. **Territorialidades, representações do mundo vivido e modos de significar o mundo uma leitura etnogeográfica do Brasil sertanejo**. SERPA, A., org. Espaços culturais: vivências, imaginações e representações. Salvador: EDUFBA, 2008.

AMAPÁ. Assembleia Legislativa. Santana. Os homens que lutaram e fizeram do Amapá um grande Estado. **Revista Perfil do Amapá**, Belém: Delta, p.295-305. 1999.

BLUME, R. **Território e Ruralidade: a desmistificação do fim do rural**. 182 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós- Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2004.

BRASIL. Ministério das Minas e Energia. Departamento Nacional da Produção Mineral. **Projeto RADAMBRASIL**. Folha SA.22 - Belém: geologia, geomorfologia, solos, vegetação, uso potencial da terra. Rio de Janeiro, 1974. (Projeto RADAMBRASIL. Levantamento de recursos Naturais, 5).

CARNEIRO, M. J. (coord.). Do “rural” como categoria de pensamento e como categoria analítica. In: Ruralidade contemporâneas. Modos de viver e pensar o rural na sociedade brasileira. **Relatório final do projeto “pluriatividades e Ruralidade: identidades sociais em construção”**. Rio de Janeiro, setembro de 2002, pp.5-23 CARNEIRO, M. J. (org.). Modos de viver e pensar o rural na sociedade brasileira. Rio de Janeiro: Mauad, 2012.

\_\_\_\_\_. Ruralidade: novas identidades em construção. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, n. 11, 1998.

COSTA, S. M. F.; ISSA, P.; LIMA, V.M.; RANGEL, J.; MONTOIA, G. M. Pequenas Cidades do Estuário do Rio Amazonas: fluxo econômico, crescimento urbano e as novas velhas urbanidades da pequena cidade de Ponta de Pedras. **REDES - Rev. Des. Regional**, Santa Cruz do Sul, v. 17, n. 2, p. 56 –74. Maio /ago 2012.

DIAS, J. **Mitos e Lendas do Amapá**. 3ª Edição, [S.I: s.n] 2006, p. 10-11.

DIEGUES, A. C. S. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: Editora HUCITEC, 6ª edição, 2008.

FRAXE, T. J. P. (ET AL) Caracterização sociocultural das comunidades da área Focal do Piatam. FRAXE, Therezinha de J. Pinto; PEREIRA, Henrique dos S; WITKOSKI, Antônio Carlos. In: **Comunidades Ribeirinhas Amazônicas: memória, ethos e identidade**. Manaus: EDUA, 2007.p. 53-156.

SILVA, G. **O Novo Rural Brasileiro**. Campinas: Unicamp – Instituto de Economia, 1999.

HALBWACHS, M. **Memória Coletiva**. São Paulo: Ed. Vértice, 1990.

JORDÂNIO, E. **Orfanato "São José" - Educandário pioneiro do Amapá**. Disponível em: <<http://memorial-stn.blogspot.com.br>>. Acesso em: 25 de novembro de 2014.

LOBATO, S. S. Os descaminhos da Fortuna: A política de colonização no Amapá (1940-1958). In: AMARAL, Alexandre, OLIVEIRA, Augusto, SANTOS, Dorival, CAMBRAIA, Paulo, LOBATO, Sidney (orgs.), **Do lado de cá: Fragmentos de História do Amapá**. Amapá; Açaí. 2011.

MARTINS, J. S. (Org.). **Introdução crítica à sociologia rural**. São Paulo: Hucitec, 1981.

\_\_\_\_\_. O futuro da sociologia rural e sua contribuição para a qualidade de vida rural. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, n. 15, 2000.

MONTEIRO, M. A. A ICOMI no Amapá: meio século de exploração mineral. **Novos Cadernos NAEA**, v. 6, n. 2, p. 113 -168 dez. 2003.

MORAES, P. D.; MORAES, J. D. **O Amapá em perspectiva**. Macapá: Valcan, 2000.

Pesquisas e Estudos Para a Logística Portuária e Desenvolvimento de Instrumentos de Apoio ao Planejamento Portuário - **Plano Mestre do Porto de Santana**. Florianópolis-SC, FEESC 2013.

PORTO, J. L. R. **Amapá: principais transformações econômicas e institucionais – 1943-2000**. Macapá: SETEC, 2003. 198p.

SANTOS, F. R. **História da Conquista do Amapá**. Fortaleza: Premius, 2013.

TEIXEIRA, V. L. Turismo e Pluriatividades entre pequenos agricultores da região serrana, RJ. Comunicação de pesquisa apresentada ao Workshop “**Agricultura e meio rural no Estado do Rio de Janeiro**”. Fórum de Ciência e Cultura da UFRJ, set. 1996.

VALLADARES, L. Os dez mandamentos da observação participante. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Vol. 22, Nº. 63.

WANDERLEY, M. N. A ruralidade no Brasil moderno. Por um pacto social pelo desenvolvimento rural: In: **¿Una nueva ruralidade en América Latina?** Norma Giarraca. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina, 2001.